



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Jusele de Souza Matos

Apropriação do espaço e afetividade no Conjunto Habitacional Macapaba/AP

Versão Corrigida

Ribeirão Preto/ SP

2023

JUSELE DE SOUZA MATOS

Apropriação do espaço e afetividade no Conjunto Habitacional Macapaba/AP

Texto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Psicologia: Processos Culturais e Subjetivação

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Soares da Silva

Versão Corrigida

Ribeirão Preto/ SP

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Matos, Jusele de Souza

Apropriação do espaço e afetividade no Conjunto Habitacional Macapaba/AP / Jusele de Souza Matos, orientadora Ana Paula Soares da Silva. -- Ribeirão Preto, 2023.
p.102

Dissertação (Mestrado) -- Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Psicologia: Processos Culturais e Subjetivação.

1.Apropriação do espaço 2. Moradia 3.Vulnerabilidade social 4. Afetividade de lugar.

Nome: Jusele de Souza Matos

Título: Apropriação do espaço e afetividade no Conjunto Habitacional Macapaba/AP

Texto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovada em:

Banca examinadora

Profª Drª: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profª Drª: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profª Drª: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Aos moradores do Conjunto Macapaba, participantes da pesquisa, por permitirem conhecer a forma pela qual se apropriam deste espaço de vivências, de afetos e de entraves. Sem vocês esta pesquisa não seria possível.

A Orientadora Ana por me acolher com generosidade no programa e por me oportunizar a conquista de novos espaços através de reflexões críticas, apropriação de novos saberes e, sobretudo, por sua conduta ético política potencializadora de transformação social.

Agradeço profundamente sua orientação, mas, sobretudo, sua paciência frente às minhas ansiedades e à trajetória sinuosa desta pesquisa. Como se diz no Amapá “Égua mana, tu és fera!” (Expressão linguística regional nortista que significa admiração por pessoa que demonstra competência, é boa no que faz).

Aos meus amados filhos Júlia, Joyce e Dimitry. Meus companheiros de viagens e descobertas. Mesmo sem entender as mudanças vivenciadas neste percurso, estiveram em todos os momentos me acompanhando, perguntando-me se eu estava feliz diante de tantas mudanças, idas e vindas para construir esta parte da minha história. Também foi por vocês e para vocês.

Aos meus pais Aristóteles e Núbia e irmãs Jane e Jéssica e prima Bianca, que sempre foram apoiadores e incentivadores nos meus projetos de vida, acreditando na minha determinação e, sobretudo, sendo minha rede de apoio, de amor e amparo diante das adversidades.

Aos colegas do Laboratório de Psicologia Socioambiental e Práticas Educativas- LAPSAPPE pela receptividade, trocas de experiências, discussões teóricas e também pelas boas risadas durante as reuniões, promovidas pelos insights afetivos e inteligentes de Juliana Bezzon. Mas, em especial, a colega Letícia Stencel pelo apoio e parceria na minha readaptação ao universo acadêmico, compartilhando angústias e satisfações do fazer científico.

Ao Governo do Estado do Amapá por conceder licença aperfeiçoamento, sendo liberada das atividades profissionais para que eu pudesse me dedicar exclusivamente às atividades do Programa de mestrado, no período de 2019 e 2020.

A todos os amigos que me apoiaram, incentivaram e compartilharam dos desafios que me propus a enfrentar para viver este sonho pessoal e profissional.

A CAPES pelo fomento ao desenvolvimento científico junto aos Programas de Pós-Graduação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto- SP pela excelência que exerce sua missão em prol da Ciência. Sinto-me honrada em compor seu corpo discente.

“Sem amor, uma casa é só moradia
De afeto, vazia
Tijolo e teto, fria
Sobre chances, é bom vê-las
Às vezes se perde o telhado, pra ganhar as estrelas
Tendeu?”
(Casa- Emicida)

Matos, J. S. (2023). Apropriação do espaço e afetividade no Conjunto Habitacional Macapaba (AP) (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

A habitação se caracteriza como uma necessidade básica e um dos direitos constitucionais do cidadão brasileiro. O significado que se atribui para este lugar é permeado de simbolismo, considerando as características que norteiam a relação do ser humano com seu meio e o vínculo estabelecido a partir de então. O trabalho tem como objetivo compreender a apropriação do espaço e afetividade de lugar de moradores em área em condição de vulnerabilidade social, que foram transferidos para o Conjunto Habitacional Macapaba no Município de Macapá/AP. A área contém apartamentos que foram construídos para receber 4.366 famílias de baixa renda atendidas pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Participaram da pesquisa seis moradores que foram transferidos das áreas de ressaca do bairro Perpétuo Socorro após serem vítimas de um incêndio em que ficaram desabrigados. A metodologia teve abordagem qualitativa e foi fundamentada no estudo de Bomfim (2010), que articula conceitos da Psicologia Ambiental e teoria histórico-cultural. Os instrumentos para a coleta de dados foram observação e aplicação online do instrumento gerador de mapas afetivos (IGMA). Dentre os resultados da pesquisa, a imagem afetiva de destruição e agradabilidade permeou a vivência dos moradores no conjunto, diante dos sentimentos de abandono e insegurança no entorno dos blocos; ao mesmo tempo, demonstrou apego à moradia. A escuta de moradores pode direcionar e sensibilizar a criação de políticas urbanas que priorizem a relação que o indivíduo estabelece com seu meio, no sentido de garantir o respeito às relações de afetividade e identidade com o lugar.

Palavras-chave: Apropriação do espaço; moradia; vulnerabilidade social; afetividade de lugar.

ABSTRACT

Matos, J.S. (2023). Appropriation of space and affection in residents of the Macapaba Housing Complex (AP) (Master's Dissertation). Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto.

Housing is characterized as a basic need and one of the constitutional rights of Brazilian citizens. The meaning attributed to this place is permeated with symbolism, considering the characteristics that guide the relationship between human beings and their environment and the bond established from then on. The work aims to understand the appropriation of space and affectivity of place of residents in an area in a condition of social vulnerability, who were transferred to the Macapaba Housing Complex in the Municipality of Macapá/AP. The area contains apartments that were built to receive 4,366 low-income families assisted by the Minha Casa Minha Vida Program. The participants were six residents who were transferred from the hangover areas of the Perpétuo Socorro neighborhood after being victims of a fire in which they were left homeless. The methodology has a qualitative approach and was based on the study by Bomfim (2010) that articulates concepts of Environmental Psychology and historical-cultural theory. The instruments for data collection were observation and online application of the affective map generator instrument (IGMA). Among the results of the research, the affective image of destruction and pleasantness permeated the experience of the residents in the complex, in the face of feelings of abandonment and insecurity around the blocks, but of attachment to the house. Listening to residents can direct and sensitize the creation of urban policies that prioritize the relationship that the individual establishes with their environment, in order to guarantee respect for the relationships of affectivity and identity with the place.

Keywords: Appropriation of space; housing; social vulnerability; affectivity of place.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1- Fragmento da imagem do Incêndio na Baixada do Perpétuo Socorro	14
Figura 2- Imagem aérea da distância entre o centro de Macapá e o Conjunto Macapaba	36
Figura 3- Imagem aérea do Conjunto Macapaba	36
Figura 4- Imagem da Escola Estadual de Ensino Médio Bilingue.....	37
Figura 5- Imagem da Escola de Ensino Fundamental.....	37
Figura 6- Imagem da Unidade de Policiamento Comunitário.....	37
Figura 7- Imagem da Unidade Básica de Saúde.....	37
Figura 8- Imagem da Igreja Católica.....	37
Figura 9- Imagem da Linha de Transporte público.....	37
Figura 10- Imagem da entrada de acesso ao Conjunto Macapaba- BR	38
Figura 11- Imagem de atividade econômica informal na principal avenida	50
Figura 12- Imagem de ampliação e delimitação de área privativa (pátio)	50
Figura 13- Imagem de construção de espaço destinado a venda de alimentos	50
Figura 14- Imagem de mudança na estrutura do prédio para fins comerciais	50
Figura 15- Imagem de construção de anexos a estrutura dos apartamentos	50
Figura 16- Imagem do uso de apartamentos para fins comerciais	50
Figura 17- Imagem da Quadra de esportes	52
Figura 18- Imagem de lazer infantil	52
Figura 19- Jardim feito por moradores	52
Figura 20- Espaço de convivência construído pelos moradores	52
Figura 21- Centro Comunitário	53
Figura 22- Jardim no entorno dos apartamentos	53
Figura 23- Decoração de entrada do apartamento	53
Figura 24- Porta decorada com placa Casa de gente feliz	53
Figura 25- Porta decorada Lar doce lar	53
Figura 26- Aviso aos visitantes	53
Figura 27- Aviso aos vizinhos	53
Figura 28- Portão de acesso restrito	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Mapa Afetivo 1 Florinda	56
Quadro 2- Mapa Afetivo 2 Soledade	58
Quadro 3- Mapa Afetivo 3 Vitória	61
Quadro 4- Mapa Afetivo 4 Paulo	63
Quadro 5- Mapa Afetivo 5 Maria	65
Quadro 6- Mapa Afetivo 6 Lu	66

LISTA DE TABELA

Tabela 1- Dados dos participantes	45
Tabela 2- Quadro síntese do processo de categorização voltado para a elaboração do mapa afetivo da cidade	48
Tabela 3- Imagens do Conjunto Macapaba, conforme qualidades e sentimentos dos participantes da pesquisa	69

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
1. INTRODUÇÃO	17
1.1 - A relação pessoa-ambiente no espaço urbano e contribuições da Psicologia Ambiental	17
1.2 - A apropriação do espaço e a afetividade.....	21
1.3 - Apropriação do espaço em condições de vulnerabilidade social	25
2. MÉTODO.....	34
2.1 - Delineamento teórico-metodológico: o olhar da Psicologia Histórico Cultural e da Psicologia Ambiental.....	34
2.2 - Local e contexto da pesquisa: Conhecendo o Conjunto Macapaba/AP.....	35
2.3 - Procedimentos iniciais	38
2.4 - Instrumentos de coleta de dados	40
2.5 - Participantes e formas de contato	43
2.6 - Procedimentos de análise e interpretação	46
3. RESULTADOS	49
3.1 - A ocupação do espaço no conjunto habitacional Macapaba/AP.....	49
3.2 - Mapas Afetivos dos moradores do Conjunto Habitacional Macapaba/AP	55
3.3 - Síntese dos Mapas Afetivos	70
3.4 - Afetividade, vulnerabilidades e participação	74
4. DISCUSSÃO.....	77
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
6. REFERÊNCIAS	81
ANEXO I.....	86
ANEXO II	92
APÊNDICE III	95

APRESENTAÇÃO

Pensar na construção desta pesquisa demanda um resgate na minha história de vida sobre as interações que se estabeleceram nos diferentes espaços que percorri, desde o meu nascimento, pois nasci em uma cidade na qual nunca morei. Ao longo da infância e adolescência, por motivo de trabalho do meu pai, mudamos várias vezes de cidade, de casa. E diante destas minhas experiências, construí a ideia de que a minha casa, meu lugar, minha moradia, fazem-se onde estão enraizados meus afetos, e que, portanto, este espaço de acolhimento, de segurança e de proteção estava e estará onde minha família estiver.

Este interesse na relação pessoa ambiente, foco de estudo da Psicologia Ambiental, que embasa esta pesquisa, foi fortalecido durante os anos de graduação, quando cursei concomitantemente Geografia e Psicologia. Isso se deu associado à vivência pessoal de sair de um espaço com características rurais, interioranas, para um espaço urbanizado, com maior infraestrutura e ocupado de diversas formas. Esse fato impulsionou o interesse pelo espaço urbano e contribuiu para que o trabalho de conclusão do curso de Geografia investigasse o uso do solo urbano.

Na conclusão do curso de Psicologia, o foco na relação pessoa ambiente no contexto do espaço urbano se aprofundou a partir dos estudos em Psicologia do Trânsito, momento em que passei a atuar como profissional especialista da área. A busca por entender os aspectos de subjetivação da pessoa nesta interação com o meio me fez encontrar, desde 2009, referências sobre a Psicologia Ambiental.

Ainda como forma de entender as questões que motivaram a construção desta pesquisa, fazendo um resgate da minha história, como profissional da Geografia, tive a possibilidade de conhecer uma nova paisagem no Estado vizinho do qual sou natural. Após assumir cargo público como Professora de Geografia, fui residir no Estado do Amapá. Nele, tive conhecimento de uma forma de apropriação do espaço que é conhecido popularmente como áreas de ressaca, onde moradias e pontes, como vias de acesso, são construídas de madeira. Esta configuração do espaço urbano, no Estado, é peculiar, mas evidencia questões psicossociais comuns a outros espaços urbanos.

A implementação de políticas públicas habitacionais no Estado do Amapá apresenta vários contornos. Porém, somente a partir da segunda metade da década de 1990, a

desocupação das áreas de ressaca passa a integrar ações governamentais de moradia. Assim, são construídos alguns conjuntos habitacionais para receber também as famílias que moravam nestas áreas, já que se tratavam de espaços de assentamentos precários (Santos & Moura, 2019).

Em 2013, um incêndio atingiu uma das áreas de ressaca de Macapá, conhecida popularmente como Baixada do Japonês, localizada no bairro Perpétuo Socorro, ao fim do curso do Igarapé das Mulheres, Zona Leste de Macapá. O local é considerado área de ressaca por apresentar características que correspondem a um reservatório natural de água que sofre influência das chuvas e da maré (Neto et al, 2020). “Esta área era estruturada em palafitas e passarelas de madeira. A ocupação era densa, com a presença de esgoto a céu aberto e baixo acesso aos serviços de infraestrutura urbana” (Neto et al, 2020, p.138).

O incêndio foi de grande proporção, considerando a área urbana de Macapá. Ele ocorreu em 2013 e atingiu 250 moradias no local, alcançando 26 mil metros quadrados próximos à Feira do Produtor do bairro, deixando mais de mil pessoas desalojadas, e cerca de 700 desabrigadas segundo a Defesa Civil do Amapá (Neto et al, 2020). Abaixo, a Figura 1 permite visualizar a extensão do incêndio.

Figura 1- Fragmento da imagem do Incêndio na Baixada do Perpétuo Socorro



Fonte: Neto et al (2020)

Logo após o incêndio, os Governos Estadual e Municipal criaram um Comitê de Gerenciamento de Crise, para atender as famílias que ficaram desabrigadas, acolhendo-as em escolas e ginásio de esportes próximos da área atingida. Posteriormente, as famílias passaram a ser acompanhadas pela Secretaria de Ação e Mobilização Social e, por meio de cadastros, tiveram acesso aos benefícios de aluguel social. Em junho de 2014, receberam as chaves das casas e

apartamentos de um Conjunto Habitacional (Macapaba), cuja construção foi iniciada em 2009, pelo Programa Minha Casa Minha Vida, uma parceria entre governos Federal, Estadual e Municipal.

Esse deslocamento da população de uma área em condições de vulnerabilidade socioambiental para um novo conjunto habitacional, fruto de uma política pública, chamou minha atenção. A ocupação dessa área atingida pelo incêndio iniciou em 1988, “quando houve um crescimento migratório que contribuiu para a ocupação de áreas irregulares e precárias de Macapá” (Santos & Moura, 2019). Portanto, existiam famílias instaladas ali desde o período de ocupação até o momento do incêndio, quando perderam suas moradias, fato que indagava sobre os aspectos que mobilizavam seus sentimentos e possível afetação da identidade de lugar e da história desses moradores.

Surgiu então a necessidade de entender este fenômeno psicossocial que norteia a pesquisa, olhar para esses moradores e identificar de que forma passaram a se organizar no novo espaço, assim como os afetos que passaram a construir a partir de então. O processo de desocupação da área atingida pelo incêndio se deu compulsoriamente e tiveram que sair do seu lugar de vivência para um espaço que poderiam chamar de “minha casa”, porém, sem características que, de início, representasse a maneira de ser e de se organizar no que chamamos de lar. Isso despertou meu interesse, que me levou ao LAPSAPÉ e ao ingresso no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da USP-RP.

Todos esses fatos me impulsionaram a pensar nesta pesquisa, pois mobilizam discussões sobre temas que demandam da Psicologia Ambiental um olhar sobre a subjetividade das pessoas que são afetadas e afetam os espaços nos quais estão inseridas. Portanto, minhas vivências e os conhecimentos adquiridos ao longo da minha formação e atuação profissional da Geografia e Psicologia estão na base deste percurso de construção da pesquisa.

Diante do exposto, construí como perguntas norteadoras para minha pesquisa: como moradores transferidos de uma área em situação de vulnerabilidade social se apropriavam dos espaços de moradia no Conjunto Habitacional Macapaba? Quais os afetos estavam presentes na apropriação deste espaço?

O objetivo geral da pesquisa foi compreender a apropriação do espaço e a afetividade de lugar de moradores que viviam em área em condição de vulnerabilidade social e que foram transferidos para o Conjunto Habitacional Macapaba no Município de Macapá/AP.

Inicialmente, o texto traz algumas considerações sobre a relação pessoa-ambiente no contexto urbano e contribuições da Psicologia Ambiental e, em seguida, trata de aspectos da apropriação do espaço e a afetividade, em condições de vulnerabilidades.

No método, apresento as bases teórico-metodológicas para a construção deste estudo, explicando quais foram os instrumentos e procedimentos utilizados, qual o cenário da pesquisa e como foi feita a análise dos dados.

Destaco os resultados principais da análise dos dados, em consonância com os objetivos da pesquisa e base teórica. Por fim, aponto algumas considerações finais do percurso construído.

1. INTRODUÇÃO

1.1 - A relação pessoa-ambiente no espaço urbano e contribuições da Psicologia Ambiental

Em sua obra *Por uma geografia nova*, Milton Santos (1978) discorre sobre a centralidade do conceito de espaço para a Geografia, e o compreende por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções. O conceito de espaço é assim apresentado como fator social e não somente como um reflexo social, indicando uma inter-relação de influência mútua, denominando-o como uma instância da sociedade. Segundo o autor,

(...) o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia. (Santos, 1978, p. 145).

Desde aquele momento de sua produção, Milton Santos defende que o espaço precisa ser considerado como totalidade: conjunto de relações realizadas através de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado como do presente (Santos, 1978). Para o autor, o espaço, além de instância social que tende a reproduzir-se e de uma estrutura que corresponde à organização feita pelo homem, é também uma instância subordinada à lei da totalidade, que dispõe de certa autonomia, manifestando-se por meio de leis próprias. Assim, o espaço organizado é também uma forma resultante da interação de diferentes variáveis. O espaço social corresponde ao espaço humano, lugar de vida e trabalho: morada da pessoa, sem definições fixas. O espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução (Santos, 1978).

Ainda sobre a compreensão do espaço proposta por Milton Santos, podemos identificar, na obra *A Natureza do Espaço* (2006), que o conceito de espaço geográfico, enquanto produto social, é delineado a partir das transformações espaciais ao longo do tempo. Neste sentido, no cenário atual, o espaço é caracterizado pelo processo de globalização, com destaque para as redes geográficas, as quais estreitam os limites entre locais distintos, interferindo em diversos fenômenos, como a divisão do trabalho, o processo produtivo, entre outros. Para além, os sistemas de ações e de objetos, os quais compõem o espaço, são técnico-científico informacionais, evidenciando, assim, uma relação indissociável e dinâmica.

Na sua perspectiva sobre a produção do espaço, Santos (2006) aborda as noções de tecnosfera e psicofera, as quais representam o mundo dos objetos e a esfera das ações, respectivamente. Nesta análise, a tecnosfera possui viés mais técnico, sendo dependente da ciência e da tecnologia, e abrange, portanto, as relações técnicas e informacionais. Já a psicofera se vincula às ideias e sentimentos, à produção de um sentido para as ações. A psicofera consolida e, às vezes, antecede a tecnosfera. A tecnosfera e a psicofera têm uma existência conjunta indissociável. Ambas são pilares do meio técnico-científico informacional. Os objetos e lugares são híbridos, pois pertencem à tecnosfera e à psicofera.

Todas as contribuições de Milton Santos nos ajudam a compreender assim que o processo de produção do espaço implica o entendimento de vários e complexos relacionamentos: sociais, políticos, ideológicos, jurídicos e culturais. Envolve um modo de produzir, pensar, sentir, representando assim, um modo de vida.

Como afirma Correa (1998):

O mundo se cria e se recria a partir das relações que o homem mantém com a natureza e da maneira como ele se constrói enquanto indivíduo. O espaço é, pois, uma criação humana e sua produção coincide com o próprio modelo pelo qual os homens produzem sua existência e a si mesmos (...). O espaço é humano porque o homem o produz e não, simplesmente, porque nele habita. (Correa, 1998, p.32-34).

Nessa perspectiva, a compreensão da dinâmica urbana só se torna possível na medida em que se analisa a organização espacial articulada a complexas relações, sejam elas, políticas, econômicas, ambientais e psicossociais que se processam em determinado tempo e espaço.

A configuração espacial da cidade, ao longo do processo de ocupação, apresenta diferentes formatos que são representativos das várias maneiras de constituição, sendo a cidade, hoje, “o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações” (Sposito, 1988, p.11). Assim, considerando o fator tempo, a produção do espaço urbano é afetada de diversas formas, visto que as relações produzidas impulsionam a transformações do espaço a fim de garantir aquilo que atende às necessidades de cada momento da história. Há sempre, portanto, um dinamismo contínuo e complexo na constituição e organização do espaço da cidade.

Para além de sua relação com a produção da vida material em sociedade, de acordo com Corrêa (1998, p.7), o espaço urbano caracteriza-se “[...] pelo conjunto de diferentes usos de

terra justapostos entre si”, onde são estabelecidas as relações sócio espaciais e onde se engendram a convivência e os afetos.

Para Carlos (1992):

Hoje a cidade é a expressão mais contundente do processo de produção da humanidade sob a égide das relações desencadeadas pela formação econômica e social capitalista. Na cidade, a separação homem-natureza, a atomização das relações e as desigualdades sociais se mostram de forma eloquente. Mas ao analisá-las, torna-se importante o resgate das emoções e sentimentos; a reabilitação dos sentidos que nos faz pensar a cidade além de suas formas. (Carlos, 1992, p. 26).

Tal proposição suscita a análise de que a relação que o ser humano estabelece com o meio no qual está inserido transcende o que é percebido na estrutura das cidades enquanto paisagem e que as emoções estão implicadas na sua configuração e podem ser percebidas nos modos de apropriação destes espaços. As representações sociais que permeiam essas relações estão refletidas no comportamento diário das pessoas que vivem nos diferentes espaços da cidade, pois, conforme afirma Carlos (1992, p.26), “a cidade é um modelo de viver, pensar, mas também sentir. O modo de vida urbano produz ideias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer, e também uma cultura”.

Essas formulações direcionam a compreensão do espaço urbano como sendo um produto social, e que, portanto, apresenta uma dinâmica funcional que reflete a relação contingencial entre os envolvidos. Entende-se assim que o espaço urbano “é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes sociais que produzem e consomem espaço” (Correa,1998, p.11). Esse complexo conjunto de usos do solo aparece assim como espaço fragmentado e permeado de significados e simbolismos para os vários agentes sociais que o constroem e se organizam nele.

Do ponto de vista geográfico, o espaço urbano pode ser compreendido sob diferentes óticas, como qualquer outro objeto social. Dentre elas, há aquela que analisa este espaço a partir da percepção que seus habitantes ou que alguns de seus segmentos têm dele e de suas partes (Correa, 2003).

Souza, Zeni e Schneider (2021) destacam as contribuições da Psicologia Ambiental na compreensão da relação pessoa ambiente em contextos urbanos, direcionando seus estudos para o conceito de territorialidades, entendendo que este é representativo das formas de existir nos espaços, sendo, portanto, uma condição social.

Entendido dessa forma, o espaço urbano pode ser compreendido hoje sob a ótica que valoriza e reconhece a importância da inter-relação que o ser humano estabelece com este meio. O espaço urbano deixa de ser entendido como um objeto isolado, mas integrado aos

demais aspectos da realidade urbana. Já em 1985, Kohlsdorf afirmava: “Procura-se, porém, investigá-lo, pelas suas relações com outros planos analíticos. É neste momento que entram em cena contribuições de outras áreas de conhecimento até então desvinculadas da abordagem físico-espacial” (Kohlsdorf,1985, p.7).

É essa perspectiva que aproxima a temática à Psicologia Social e à Psicologia Ambiental, como áreas do conhecimento que compreendem e analisam os processos psicossociais e suas particularidades nos diferentes contextos do espaço urbano.

Neste cenário, a Psicologia Ambiental se destaca por ser:

Uma área de conhecimento da Psicologia que se interessa pelo homem inserido num contexto físico e social, e tem como objetivo o estudo dos aspectos individuais e coletivos das inter-relações entre o homem e o seu ambiente. (Souza, 2006, p. 203).

Há diversas definições sobre a Psicologia Ambiental e seu objeto de estudo e intervenção. Por exemplo, Gonçalves (2007, p. 25) afirma que a Psicologia Ambiental apresenta como “objeto, o estudo do significado simbólico do espaço e a compreensão dos processos psicossociais derivados das relações e interações entre as pessoas, grupos, comunidades e seus entornos sócio físicos”. E que, portanto, a interação pessoa-meio, nos seus diferentes contextos e implicações, é foco de estudo da Psicologia numa perspectiva ambiental.

Conforme define Siebra et al (2015, p.42), “a Psicologia Ambiental estuda a inter-relação entre o indivíduo e seu entorno, reconhecendo a importância do ambiente na conduta do sujeito e a influência que o sujeito exerce sobre o espaço”. Por sua vez, a Psicologia Ambiental, segundo Cavalcante e Elali (2011, p.14), enquanto área do conhecimento, está voltada “para o estudo das relações recíprocas entre pessoa e o ambiente, e cuja meta é compreender a construção de significados e os comportamentos relativos aos diversos espaços de vida, bem como as modificações e influências suscitadas por nossa subjetividade nestes ambientes”.

Essas e outras definições, quando pensamos o espaço urbano, ajudam a compreender que, do ponto de vista psicológico, ele é entendido como ambiente de vivência, de interação e influência recíproca, promotoras de transformações mútuas.

Independentemente das definições e compreensões sobre a Psicologia Ambiental, entende-se que a relação pessoa-meio é de influência mútua, sendo nítido que a forma e os conteúdos do espaço urbano refletem e ao mesmo tempo constituem a vivência de suas populações; ou seja, esta interação produz e reproduz modificações em ambos, pois, “todo

efeito do meio ambiente sobre o comportamento humano é complexo e envolve influências sociais e psicológicas tanto quando as do meio ambiente físico” (Kohlsdorf, 1985, p. 8).

Na Psicologia brasileira, Bomfim (2010, p.76) tem se destacado no estudo das relações das pessoas com o espaço urbano. A autora defende que a Psicologia Ambiental estrutura sua compreensão sobre a relação do ser humano com seu entorno enfatizando os aspectos psicossociais. Ela utiliza-se de conceitos de identidade de lugar, pertencimento, dentre outros e explora principalmente o conceito desenvolvido por Moranta e Pol (2005) de apropriação do espaço que, segundo Bomfim (2010), “é um processo dinâmico, de interação do indivíduo (vivência interiorizada, subjetiva) com seu meio externo”.

De acordo com essa perspectiva, o processo de constituição entre o espaço urbano e as pessoas que nele vivem ocorre por meio da apropriação do espaço, em que o sujeito passa a introduzir características no meio que lhe são peculiares, no movimento de constituir-se em um determinado espaço. Ou seja, o espaço ocupado, seja ele enquanto lugar de moradia, trabalho, lazer ou entre outras funções que assume, traz, em sua configuração, características próprias dos sujeitos que o ocuparam e o ocupam.

A apropriação do espaço ganha materialidade na intimidade, significado e representações que o sujeito impregna na sua forma de ocupar e se organizar neste, atribuindo-lhe funções que revelam investimento de afeto que podem ser promotores de transformação deste lugar constituindo assim sua identidade. E que, portanto, entender a relação apropriação do espaço e afetividade, dá-se partindo do entendimento que na relação pessoa ambiente este processo envolve implicação.

Como já propunha Lefebvre (2001, p.111) em sua obra sobre o direito à cidade, “o fato de habitar aqui ou ali comporta a recepção, a adoção, a transmissão de um determinado sistema [...]. O sistema de significações do habitante diz das suas passividades e das suas atividades, é recebido, porém modificado pela prática é percebido”.

1.2 - A apropriação do espaço e a afetividade

O uso do conceito de apropriação na psicologia remonta às visões marxistas da psicologia soviética liderada por Lev Semionovich Vygotsky e continuada por Aleksei Nicolaevich Leontiev. Desse ponto de vista, a apropriação é entendida como um mecanismo básico do desenvolvimento humano, pelo qual a pessoa "apropria-se" da experiência generalizada do ser humano, especificada nos significados de "realidade". Essa ênfase na "construção sócio histórica" da realidade, no inter psíquico para explicar o intrapsíquico, baseia-se na ideia de que a práxis humana é ao mesmo tempo instrumental e social, e que a conscientização surge de sua internalização. (Moranta & Pol, 2005, p. 282).

Partindo desta compreensão, a apropriação do espaço refere-se a um processo de interação ser humano e meio que se reflete no tempo e no espaço de forma particular e intimista, visto que está vinculado às vivências da pessoa no seu entorno, imprimindo suas características e afetos, construindo e reconstruindo significados que representam sua forma de ocupar e se organizar neste.

O conceito de apropriação do espaço, tal como proposto por Moranta e Pol (2005), diz respeito a um processo que sintetiza um conjunto de outros conceitos, como identidade, transformação, apego e pertencimento.

Sobre a relação de identidade que o sujeito constrói com o lugar que habita na apropriação do espaço, Gonçalves (2007, p. 27) destaca que há “uma dinâmica em dois sentidos: um dirigido para a conquista do espaço, outro para si. Isso implica o sujeito adaptar um espaço as suas próprias necessidades, dar-lhe características próprias”.

Nesse processo psicossocial que ocorre na interação com seu meio, como afirmam Cavalcante e Elali (2011, p. 63), “o ser humano se projeta no espaço e o transforma em um prolongamento de sua pessoa, criando um lugar seu”. Isso constrói a identidade de lugar, definida por Mourão e Cavalcante (2011, p. 2008) como uma “subestrutura da identidade pessoal construída a partir da interação do indivíduo com seu entorno físico e social. A construção da identidade de lugar está relacionada à percepção de um conjunto de cognições e ao estabelecimento de vínculos emocionais e de pertencimento relacionados aos entornos significativos para o sujeito”.

Assim, na apropriação do espaço, que reflete a forma da pessoa ser e intervir sobre o mesmo, a necessidade de imprimir uma identidade em um espaço materializa-se na forma da pessoa ocupá-lo e organizá-lo como lugar de vivências, que assume diversas funções dependentes do significado que lhe atribui. “Um espaço apropriado (lugar) ajuda a manter a identidade pessoal, a história e os referentes espaciais e simbólicos vinculados à capacidade de autonomia da pessoa” (Pol, 1998, citado por Bomfim, 2010, p. 81).

Morval (2007), ao abordar sobre apropriação do espaço e identidade urbana, destaca que tal processo ocorre porque o homem se utiliza de maneira habitual do espaço, despertando no mesmo um sentimento de posse, independentemente de ser legalmente proprietário do mesmo.

Nas palavras de Alencar e Freire (2007, p. 309), “apropriar-se de um espaço é identificar nele o produto (material ou imaterial) de suas ações”, pois considera que o sujeito,

na ocupação do espaço, transforma e é simultaneamente transformado por esta intrínseca relação.

Esse processo tem, portanto, uma dimensão transformativa, já que, enquanto identificação, a apropriação configura-se no o como resultado de mudanças que ocorrem simultaneamente na pessoa e em seu meio (Gonçalves, 2007):

é em certo sentido, um agente transformador, pois ao apropria-se do espaço o sujeito deixa sua marca ao transformá-lo, iniciando assim, um processo de reapropriação constante, que vai desde a casa aos objetos em seu interior.[...] É um fenômeno complexo que engloba várias dimensões, e estas podem dividir-se em: um componente comportamental que supõe ação-transformação; e outra, da identificação simbólica, que supõe uma identificação do sujeito com o espaço, incluindo processos afetivos, cognitivos e interativos. (Gonçalves, 2007, p. 29-30)

Também Cavalcante e Elias (2011, p. 66) reforçam a ideia de que “a apropriação por identificação compreende processos simbólicos, cognitivos, afetivos e interativos que transformam o espaço (extensão) em lugar reconhecível e pleno de significado para o sujeito ou grupo social”.

Os processos que implicam o fenômeno da apropriação do espaço supõem uma maneira de entender e explicar como são gerados os vínculos que as pessoas mantêm com os espaços, além de “depósitos” de significados mais ou menos compartilhados por diferentes grupos sociais; ou como outra categoria social, a partir da qual aspectos da identidade se desenvolvem; seja como uma tendência para ficar perto dos lugares, como uma fonte de segurança e satisfação derivada do apego ao local. (Moranta & Pol, 2005, p. 286)

Na identificação simbólica e no processo de transformação do espaço e de si mesmo, são construídos os afetos. Elali e Medeiros (2011, p. 53) discorrem sobre o vínculo afetivo estabelecido entre pessoas e cenários físicos, destacando que, na relação de afetividade e apropriação do espaço, o apego ao lugar mostra-se como “um conceito complexo e multifacetado, cujo estudo exige atenção para as características físico-espaciais do local e os significados simbólico/afetivos a ele associados pelos indivíduos e/ou grupos”.

Dentre as diversas variáveis implicadas na identificação e no simbolismo impregnado no espaço, o afeto se processa como “o vínculo emocional firmado com cenários físicos, envolvendo sentimentos derivados da experiência espacial real ou esperada” (Felipe; Kuhnen, 2012, p. 610),

Para Gonçalves (2007), a apropriação de espaço e a construção da identidade de lugar estão intimamente interconectados, e estes, por si só, revelam a forma de apego que o sujeito tem ao espaço que ocupa, assim como sustentam a construção do sentimento de pertencimento.

Essa interação pessoa-meio ambiente é inevitável, pelo fato de ser o meio físico-circundante, onde se assentam os espaços culturais, o local em que o sujeito vive e constrói a sua subjetividade. O ambiente é vivência concreta do sujeito, no qual ele trabalha, constrói sua casa, faz sua poética, constrói laços, apega-se, sente-se pertencente àquele lugar. (Gonçalves, 2007, p. 28).

Entendendo a apropriação do espaço como fundamentalmente atrelada aos afetos, Bomfim (2010) constrói uma leitura própria que articula conceitos vigotskianos, espinozanos e de Bader Sawaia. A autora pontua que, na interação com a cidade, estabelece-se uma relação ético-política e afetiva, pois a forma como a pessoa se apropria do espaço urbano desencadeia ações e posturas sobre este.

A afetividade na cidade pode ser compreendida pela implicação do habitante com ela, como um indicador de sua ação (Bomfim & Souza, 2018, p. 91). Sendo assim, esta compreensão nos leva a considerar que a afetividade e a apropriação do espaço estão imbricadas numa relação indissociável já que, ao estabelecer formas de identificação e familiaridade com o lugar no qual se está inserida, a pessoa passa a atuar dentro deste no intuito de promover mudanças que potencializam esta relação.

No desenvolvimento dessas ideias, Lima e Bomfim (2009, p. 496), reforçam que, a partir da perspectiva de vinculação afetiva com o espaço, “o apego ao lugar é marcado por afetos e emoções presentes na relação entre as pessoas e os lugares. Este lugar garante a satisfação de necessidades, o valor simbólico do lugar para as pessoas, a permanência desta relação, ou mesmo a mobilidade quando é necessário, e entre outros”.

Na relação entre apropriação do espaço e afetividade, vários aspectos e processos estão interligados. Para Bomfim (2010), um deles é a estima de lugar, como elemento de intersecção que possibilita à pessoa exercer ações que transforme espaços de vida. Todos esses desenvolvimentos derivam e apoiam-se em Moreno e Pol que, citados por Bomfim (2010, p. 78), defendem que a apropriação do espaço “pressupõe dois processos circulares: ação-transformação e identidade. [...] sendo (grifo nosso) a ação-transformação um componente comportamental que no primeiro momento, tende a prevalecer a marca da modificação do espaço dando um significado para o sujeito, compartilhado ou não com a coletividade”.

Dessa forma, a estima de lugar constitui-se como uma categoria social que está na imbricação dos estudos da Psicologia Social e da Psicologia Ambiental. Por meio dela e dos processos afetivos envolvidos na apropriação do espaço, por exemplo, é possível acessar as necessidades dos habitantes da cidade e conhecer os afetos na cidade, assim como avaliar as potencialidades e vulnerabilidades apresentadas na relação pessoa-ambiente (Bomfim & Souza, 2018, p. 93).

Alves, Battiston, Olekszechen e Sleiter (2019, p.158), ao discorrerem sobre a relação pessoa ambiente em espaços urbanos, destacam que a articulação de comportamentos, cognições e afetos atua na construção de uma paisagem afetiva e que “esses afetos podem produzir potência de ação, que encaminham à ação e transformação de si e da cidade, ou então potência de padecimento, que leva à não ação e à interrupção do luxo sujeito-cidade”.

Ao se apropriar de um espaço que *a priori* não apresenta simbolicamente características que atendam a necessidade de identificação com o jeito de morar, pode haver reações psicoafetivas que interferem na vinculação sujeito-espaço. Tal fato pode ser evidenciado em situações de remanejamento de moradores.

1.3 - Apropriação do espaço em condições de vulnerabilidade social

Albuquerque e Gunther (2019, p.17), ao discorrerem sobre o local de moradia, destacam que “o processo de habitar é uma demanda básica do ser humano e compõe sua territorialidade, ou seja, a apropriação e o pertencimento a um local”. Desta forma, entendemos que, independentemente de onde a moradia está situada, apropriar-se dela e torná-la sua, o que envolve um movimento de implicar-se com o espaço, delimitando formas de agir e pertencer a ele.

Segundo Gonçalves (2007, p. 49), “o modo de morar e habitar o lugar reflete o desejo do sujeito, tanto dos que habitam os lugares urbanos planejados e urbanizados, com toda infraestrutura urbana, quanto daqueles que moram nas barrancas dos rios [...]” (Gonçalves, 2007, p. 49).

Esta ideia é aceita também por Segaud (2016, p. 97), que compreende o processo de habitar a partir da apropriação, de ser e fazer parte do lugar de moradia com significados que lhe possibilitem identificação. “Habitar é, em determinado espaço e tempo, traçar uma relação com o território, atribuindo-lhe qualidades que permitam que cada um se identifique”.

Para Bomfim, Delabrida e Ferreira (2018):

A relação afetiva com o lugar deve ser compreendida como expressão do comportamento socioespacial humano (Elali,2009; Pinheiro & Elali, 2011) e dialoga com outros conceitos, como apropriação do espaço (Pol, 1996), apego ao lugar (Giuliani, 2004), identidade de lugar (Proshanky, 1978) e identidade social urbana (Valera & Pol, 1994). A apropriação do espaço de espaço trata de processos de identificação e de ação transformação (Vidal & Pol, 2005), sendo uma extensão das subjetividades dos indivíduos, ao transformar espaços em lugares (Tuan, 1983). (Bomfim, Delabrida & Ferreira, 2018, p. 65)

Em síntese os referenciados ao processo de apropriação na relação pessoa-ambiente coincidem com a proposição de que, ao se apropriar do espaço, a pessoa age na produção de mudanças em consonância com sua forma de conquistar bem estar e melhorias no mesmo. Na perspectiva da Psicologia, é possível compreender assim que a afetividade se constrói à medida que o espaço passa a projetar dados da realidade dos moradores que o ocupam e a representar seu modo de viver neste espaço. Cabe, portanto, sempre perguntar que realidade é essa que permeia e estrutura a apropriação do espaço e das vinculações afetivas?

No caso de moradia em áreas em condições de vulnerabilidade social, em geral marcadas do ponto de vista territorial por espaços menos valorizados e destituídos de serviços públicos, parece evidente supor que as relações afetivas e as vinculações aos lugares estarão circunscritas pelo conjunto de condicionantes que caracterizam esses espaços. Isso instiga a pensar, além das relações de identificação, também as contradições e as tensões presentes nos processos de construção dos vínculos (ou não) nesses territórios.

Carvalho et al (2021) destacam que são consideradas pessoas em condições vulneráveis aquelas que, seja pelas condições socioeconômicas ou por transformações ambientais, estão em situação de pobreza e privação extrema. “Mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência compõem esse grupo social.” (Carvalho et al, 2021, p.3)

De acordo com Carmo e Guizardi (2018, p.7), é possível associar a vulnerabilidade social “à precariedade no acesso à garantia de direitos e proteção social, caracterizando a ocorrência de incertezas e inseguranças e o frágil ou nulo acesso a serviços e recursos para a manutenção da vida com qualidade”.

Compartilhando deste entendimento de vulnerabilidade enquanto condição de fragilidade e delicada exposição a riscos ou acessos inadequados diante do que é oferecido como oportunidades pela sociedade, Neto et al (2020) consideram que, em termos gerais,

a vulnerabilidade é compreendida como a suscetibilidade, por parte do ser humano, a sofrer determinado dano. Envolvendo assim, um conjunto de fatores que podem aumentar ou minimizar os perigos aos quais indivíduos – ou grupos – estão expostos, dependendo do contexto no qual estão inseridos. (Neto et al, 2020, p.131).

Romagnoli (2015, p. 451) destaca que a vulnerabilidade social e os riscos são “conceitos complexos e multifacetados, abarcando dimensões, de ordem econômica, ambiental, de saúde, de direitos, dentre outras, individuais e sociais, que nos permitem identificar situações de vulnerabilidade dos indivíduos, famílias ou comunidade”.

Feitosa, Sousa, Paz, Barreto e Bomfim (2018), por sua vez, enfatizam que a vulnerabilidade social, enquanto conceito, apresenta diversas formas de ser compreendida e que entendê-la associada ao conceito de território e afetividade possibilita maior apreensão dos fenômenos que envolvem a inter-relação pessoa-ambiente, inclusive, permite o entendimento da vulnerabilidade, de ponto de vista dialético, como algo que também envolve resistência.

Nesta pesquisa, entende-se que as tensões presentes na apropriação do espaço urbano que dão ênfase para a questão habitacional enquanto fenômeno psicossocial, associadas a situações de vulnerabilidades, revelam particularidades na relação pessoa-ambientes.

Sabemos que, historicamente, a partir do crescimento das cidades, ocorre o deslocamento das pessoas de áreas rurais para as periferias dos centros urbanos. Isso produz um inchaço populacional, o que, por conseguinte, evidencia uma fragilidade nas políticas de planejamento urbano, pois as pessoas passam a ocupar as áreas inadequadas à moradia e sem infraestrutura.

Segundo o IBGE (2015), em seus Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS), o Estado do Amapá ocupou as últimas colocações quanto aos índices de domicílios adequados à moradia, com um percentual de 19,7% das habitações consideradas adequadas ao uso. Esses dados revelam desigualdades socioespaciais bastante significativas, em maior ou menor grau, presentes e instaladas em todos os centros urbanos, resultado de diversos problemas no planejamento urbano e no direito à moradia.

A segregação socioespacial notada dentro dos espaços urbanos é um dos reflexos e produtos do processo de globalização, pois a cidade, enquanto *lócus* do capitalismo, estabelece as formas de uso e desusos do seu espaço, comandadas pelo poder público e pelo capital, que reforçam um modelo de ocupação segregadora e restringem o direito à cidade.

O direito a cidade legítima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana para uma organização discriminatória, segregadora... Esse direito do cidadão [...] anuncia a inevitável crise dos centros estabelecidos sobre a segregação, que estabelecem: centros de decisão, de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, que lançam para os espaços periféricos, todos os que não participam dos privilégios políticos[...] o direito à cidade significa portanto, a constituição ou reconstituição de uma unidade espaço temporal, de uma reunião, no lugar de uma fragmentação. (Lefebvre, 2001, p. 32).

Pacheco, Martins e Bomfim (2020), ao explanarem sobre as contribuições da Psicologia Ambiental nos estudos sobre desapropriação, destacam que o espaço urbano, enquanto ambiente construído por processos conflitantes e de interesses diversos, reflete esta

organização segregadora, engendrando, nesta dialética de apropriação e desapropriação dos espaços, impactos para além das questões físicas e jurídicas, também socioafetivos, históricos e políticos.

Pensando na apropriação do espaço urbano da cidade de Macapá, que é marcada por uma dinâmica de descontinuidade e fragmentação, passamos a identificar inicialmente essa desigualdade socioespacial, que restringe o direito do cidadão sobre a cidade, de forma mais intensificada com a criação de loteamentos e iniciativas de habitação social destinados a trabalhadores de baixa renda, sobretudo a partir da década de 1990 (Neto et al, 2020).

Para Andrade (2007), somente a partir de 2011 notaram-se mudanças no processo de urbanização significativas no Amapá, com maior investimento na cidade de Macapá, com o aparecimento de construtoras e com mudanças no papel do Estado na condução do processo de expansão urbana. É nesse momento que se deu a implementação da política habitacional apoiada pelo Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV (Andrade, 2007).

Para Nunes e Mendes (2015), embora no país a Lei nº 4.380/1964 tenha representado a primeira iniciativa brasileira de criação de uma política habitacional, foi em 2004, a partir da criação do Ministério das Cidades e da aprovação da Política Nacional de Habitação (PNH) que as políticas habitacionais no Brasil foram impulsionadas, propondo uma visão ampliada e integrada das questões de desenvolvimento urbano das cidades. Isso se deu com uma política inclusiva para o setor da habitação, através da implementação da Habitação de Interesse Social (HIS), pensada para atender parcelas da população em condições de vulnerabilidades (Nunes & Mendes, 2015).

De acordo com Bega e Santos (2019, p. 966), além dos critérios de renda para o atendimento social, existem outros estabelecidos em nível federal, tais como: “famílias desabrigadas de áreas de risco ou insalubridade; famílias em que a mulher é responsável pelo domicílio; e famílias que têm entre seus integrantes alguma pessoa com deficiência”.

Ainda que apresentem um perfil socioeconômico muito similar, são famílias com diferentes trajetórias e experiências de vida, além de necessidades habitacionais distintas. As famílias reproduzem discursos ideologizados a respeito da casa própria, sobre a forma de utilizá-la e sobre aqueles que merecem adquiri-la. Neste contexto, as mais vulneráveis são estigmatizadas e categorizadas como “inadequadas” à vida coletiva em um condomínio e, por fim, ao acesso à política de inclusão (Bega & Santos, 2019, p. 697).

Nas análises sobre vulnerabilidades sociais, são identificadas variáveis paradoxais que reforçam a segregação, portanto, apresentam em si nuances que promovem diferenciações,

que fragmentam as relações estabelecidas entre as pessoas que são classificadas dentro deste perfil.

É nesse contexto amplo que surgiram as iniciativas de construção de conjuntos de habitação social que, segundo o Manual do Beneficiário do Programa Minha Casa Minha Vida, visavam atender às necessidades de habitação da população de baixa renda nas áreas urbanas, garantindo o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade (Tostes, 2018).

Esse processo, contudo, seguiu o movimento histórico de segregação socioespacial na constituição das cidades e, em geral, foram construídos conjuntos habitacionais que não dialogavam diretamente com as dinâmicas centrais da cidade, mantendo a fragmentação do espaço citadino com a construção de moradias em regiões periféricas e não significativas de espaços de integração e promoção social.

Atreladas a este movimento, estiveram presentes as estratégias de reassentamento das pessoas que ocupavam áreas precárias, sendo, no Amapá, conhecidas como áreas de ressaca. As áreas de ressaca, segundo a Secretária do Meio Ambiente do Estado do Amapá - SEMA (2018), são “bacias de recepção, ricas em biodiversidade, de dimensões e formas variadas, configurando como fontes naturais hídricas, de composição clorídrica e fauna variada [...] encravadas na formação barreira, apresentando características evidentes como argila e areia no seu domínio”. Área de ressaca trata-se, portanto, de um termo utilizado para caracterizar reservatórios naturais de água que sofrem influência das chuvas e da maré.

De acordo com Portilho (2010, p. 13) “o efeito da ausência de políticas voltadas para a ocupação e uso do solo urbano em Macapá, teve como consequência, – na falta de terras secas para a ocupação, próximas ao centro da cidade, a preços baixos, a invasão das ressacas”.

Sobre o uso e preservação das áreas de ressaca, existe no Estado dispositivos legais (Leis estaduais nº 0455/99 e nº 0835/04, Lei Municipal do Macapá nº 0948/99) que regulamentam a proteção destas áreas; porém, elas continuam sendo ocupadas de forma inadequadas dado o aumento da população, ocasionando mudanças na configuração espacial deste ecossistema e transformando-se em foco de problemáticas sociais, inerentes do processo de urbanização.

Ocupadas para fins de moradia, as áreas de ressaca têm a sua cobertura vegetal retirada para a construção de habitações sobre palafitas, que são construídas com madeira bruta. Sendo comum também a utilização de restos de material plástico e/ou encerado, possuindo uma plataforma em sua base montada sobre caibros estacas de modo a evitar as inundações nos períodos de cheia. Como são habitações edificadas com proximidades mínimas umas das

outras, são distintas as construções sociais sobre privacidade familiar. As habitações são de tamanho reduzido, possuindo apenas um cômodo. O banheiro e sanitário são construídos a poucos metros de distância da casa (Portilho, 2006).

O acesso dos moradores da área de ressaca à terra firme acontece por meio de pontes construídas a partir de madeira bruta, ou ainda, nos pontos mais críticos, as pontes de acesso são construídas a partir de caules de palmeiras retiradas da vegetação da área ocupada, vias de acesso essas que, diante de mobilização dos moradores, recebem manutenção do setor de infraestrutura do poder público.

Aguiar e Silva (2004, citados por Portilho, 2006) destacam que, nestas áreas, o abastecimento de água atende uma média de 44,15% de domicílios através da rede geral da Companhia de Água e Esgoto do Amapá - CAESA, sendo cobrado dos moradores que recebem este serviço o pagamento de uma taxa mínima pelo fornecimento. E que, portanto, mais da metade dos moradores tem acesso ao uso de água através de outros meios, seja de poços ou mesmo de lagos e igarapés, sobretudo, através de conexões clandestinas da rede geral da CAESA. A utilização da água sem tratamento ou canalização adequada, ou ainda o armazenamento da água em recipientes abertos, são fatores que impactam na saúde e qualidade de vida desses moradores.

O fornecimento de energia elétrica também acontece de forma deficiente. A forma como a energia é conduzida até os domicílios gera preocupação, de acordo com Aguiar e Silva (2004, citados por Portilho, 2006), pois mais da metade (52,18%) dos domicílios obtém o serviço também de forma irregular. Em geral, estas ligações elétricas são feitas pelos próprios moradores, sem equipamentos e auxílio de profissionais da área.

Diante destas condições inadequadas de saneamento, a produção e manejo do lixo produzido nesta área impacta diretamente no ambiente, sendo por vezes evidente o acúmulo de lixo no entorno das moradias, a poluição dos rios e o despejo de esgoto doméstico. Acrescentado a essas problemáticas, há o agravamento no período chuvoso devido ao terreno ser inundável e apresentar dificuldades na drenagem.

Essa condição gera um cenário socioespacial em que, segundo Portilho (2006, p. 129), a “exclusão social, a pobreza e a violência são considerados muito semelhantes”, uma vez que “as condições socioeconômicas de seus moradores e a estrutura física das casas existentes nas ressacas são análogas às favelas das grandes metrópoles brasileiras”.

Considerando o impacto ambiental provocado nestas áreas e a configuração espacial a partir da sua ocupação, permeada de problemáticas psicossociais engendradas no processo de urbanização, remanejar as famílias das áreas de ressaca torna-se um desafio complexo e

necessário. Complexo, porque estas famílias já têm construída uma relação simbólica com as moradias, mesmo que estas estejam, muitas vezes, em condições insalubres e precaríssimas, que comprometem a integridade física desses moradores. Necessária porque essa forma de habitação é uma violação do direito à moradia e à cidade.

A transferência das pessoas que habitam essas áreas, em geral pelos modos como são feitas as intervenções, caracteriza-se como palco de conflitos, associados à representação simbólica de habitar, construída pelos e sobre os moradores de áreas de ocupação precária. Bega e Santos (2019), citando Kowarick (2000), enfatizam que é necessário olhar para os significados simbólicos do morar em áreas de “ocupação”, uma das alternativas da população de baixa renda sem condições de arcar com o aluguel ou com o financiamento de uma moradia no mercado formal. Sobre elas, a sociedade constrói representações questionáveis de moralidade dos habitantes destes espaços. A ocupação de áreas particulares ou públicas e de áreas de risco ambiental é vista como a materialização do fracasso, é o lugar onde a pobreza é exposta e a ilegalidade urbana é flagrante. Além disso, fatores como a dinâmica da urbanização, contextos culturais de moradia, elementos da rotina e rede de relacionamentos entre moradores também impactam no processo de reassentamento, visto que a forma de apropriação do espaço constituída pelos moradores em geral se contrapõe ao modelo produzido por grandes conjuntos habitacionais (Costa, 2015).

Como as mudanças residenciais em geral são não planejadas, elas geram perdas relacionadas ao contexto das antigas moradias e exigem novas formas de interação com o espaço de reassentamento que, com o tempo, inevitavelmente revelam-se nas dinâmicas de apropriação do novo espaço. Segundo Costa (2015, p.17) “os remanejamentos habitacionais involuntários representam contextos de transições ou processos de mudanças por vezes inesperadas e/ou substanciais, que podem ser analisados a partir de diferentes perspectivas.” As formas de se relacionar com os espaços podem estar associadas a “características do espaço e organização das atividades”, “relações e composição da família”, “renda e orçamento doméstico”, “rede de relações e convívio social”, “sem alterações na rotina” e “mudanças e permanências nas rotinas”. Tais aspectos são vistos como elementos que compõem o processo de apropriação do novo espaço.

A transferência de moradores em condições de vulnerabilidade social para uma nova moradia, em geral, segue um padrão de urbanização característico implantado no Brasil. Historicamente, a dinâmica do espaço urbano, durante muito tempo, esteve diretamente vinculada a uma apropriação e uma organização que atendiam interesses econômicos, e que, portanto, materializavam-se nas formas de segregação socioespacial. Ainda hoje essa

configuração reflete as características de uma herança colonial, identificada “de forma mais contundente, ao consolidar a alteração radical de estruturas sócio espaciais, como, por exemplo, na segregação de populações de baixa renda através da produção de conjuntos habitacionais” (Kohlsdorf, 1985, p.7).

Este processo de transferência de moradores em condições de vulnerabilidade social para os espaços que compõem os conjuntos habitacionais é também engendrado na dinâmica capitalista implementada na sociedade, dentro de um contexto neoliberal que impulsiona a produção de novas espacialidades que integram crescentemente a vida cotidiana dos habitantes, oferecendo-lhes a materialidade da casa; porém, longe de acessar o habitar, são colocados nas estruturas com uma lógica do habitar funcional, isolado e que retroalimenta as desigualdades e a segregação socioespacial (Costa, 2015).

Do ponto de vista da concepção dos projetos das habitações, uma vez remanejada, a população passa a experimentar formas diferenciadas de convivência com o espaço doméstico, pois as unidades habitacionais são concebidas e construídas de maneira padronizada, em sua maioria, com a tipologia própria de apartamento, o que contrasta com as características da moradia de origem dessa população, geralmente, casa de madeira, em assentamentos precários, marcados pela ausência de saneamento básico, dentre outros entraves próprios dessas habitações (Costa, 2015. p. 38). Nesse sentido, estudos como os de Giuliani (2004), Bertini (2014) e Siebra e Bomfim (2006) apontam para efeitos negativos na subjetividade das pessoas que, em condições de vulnerabilidades, passam por mudanças de moradia de forma involuntária.

Na mudança de uma área ocupada para um conjunto habitacional, com características completamente distintas, são mobilizados diversos sentimentos que afetam e constituem os modos de apropriação do espaço. Entende-se que a apropriação deste espaço assume significados diversos para cada família transferida.

A casa vista como abrigo, como protetora, também é o lugar de nossos sonhos. É nela que o sujeito cria seus lugares mais íntimos [...] O homem tanto no plano concreto como simbólico precisa do abrigo da casa. É o seu bem maior ter um abrigo onde possa sonhar, refazer suas forças, alimentar-se da seiva da vida como uma segurança de estar abrigado, protegido. (Gonçalves, 2007, p. 49-48).

Ao mesmo tempo, a apropriação do espaço carrega condicionantes que medeiam essas singularidades. Sobre a representação simbólica atribuída à moradia, que é um espaço no qual as famílias empregam suas características de ocupação, Trotta e Machado-Martins (2017, p. 3) destacam que “é através da atribuição de significado pelas pessoas e da capacidade de

absorção de diferentes interpretações pela forma construída que um espaço se torna passível de apropriação”.

Esta compreensão da casa, como espaço de vivência e dotada de significados que refletem a maneira singular e ao mesmo tempo particular de se apropriar do espaço, permite-nos supor que as famílias em vulnerabilidade social do Conjunto Macapaba, vítimas de um incêndio que as deixou desabrigadas, tiveram que ressignificar sua compreensão de moradia, de convivência, de identidade e apego ao lugar no processo de remanejamento para o conjunto habitacional.

A transferência de moradores de uma área de ressaca para uma nova moradia, em espaço com características diferenciadas da anteriormente ocupada, pode fornecer elementos para aprofundar os debates acerca da apropriação do espaço em áreas em condições de vulnerabilidade social. Neste processo, supõe-se ser possível evidenciarmos uma série de elementos que contribuem para que a moradia seja concretamente representativa da forma de estar e de composição dos espaços pelos moradores.

A análise da apropriação da nova moradia, cuja transferência foi justificada pelo acontecimento de um incêndio que deixou moradores desabrigados, pode revelar a dinâmica de apropriação peculiar de superação de uma condição de vulnerabilidade a que estavam vivendo e, ao mesmo tempo, de relação com um programa de moradia para população de baixa renda.

A condição de moradores e suas famílias reassentadas caracteriza-se como uma situação relevante para estudo, constituindo-se como um problema fundamental de pesquisa, pois a mudança residencial provoca alterações psicoafetivas em relação ao novo ambiente, demandando um novo processo de adaptação entre pessoa e ambiente, instigando uma nova forma de agir e interagir com o ambiente e que precisa ser compreendida, afim de identificar possibilidades de intervenção.

Compreender a complexa dinâmica de apropriação do espaço e suas relações afetivas com o lugar possibilita identificar aspectos importantes para a implementação de uma política urbana habitacional que se atente para o cotidiano dos moradores dos conjuntos habitacionais, visto nestes serem vivenciadas diferentes formas de sentir, perceber e agir.

Nesta pesquisa, propõe-se entender o processo de apropriação do espaço a partir dos sentimentos sobre o habitar dos moradores do conjunto Macapaba, que constituem parte dos processos de subjetivação produzidos na interação pessoa-ambiente. O problema está situado na investigação sobre a construção de uma relação de afeto ao lugar em que foram reassentados, dadas as condições em que se encontravam após o incêndio da área ocupada.

2. MÉTODO

2.1 - Delineamento teórico-metodológico: o olhar da Psicologia Histórico Cultural e da Psicologia Ambiental

Para alcançar os objetivos propostos, o referido trabalho, de caráter qualitativo, descritivo e exploratório, iniciou seu percurso metodológico buscando aprofundamento teórico na literatura da Psicologia Ambiental em articulação com a perspectiva histórico-cultural, particularmente da vertente vigotskiana.

Considerando este percurso metodológico, os dados obtidos buscam integrar alguns conceitos já produzidos na literatura para subsidiar a interpretação dos fenômenos psicossociais que se processam no espaço, no que se refere à relação de afeto que o indivíduo estabelece com o ambiente ao qual está inserido e quais os sentimentos e atitudes são produzidos a partir desta. Esses conceitos, em especial a base da pesquisa em Bomfim (2010), fundamentam-se na visão de mundo proposta pela perspectiva histórico-cultural em Psicologia que, enquanto fazer científico, epistemologicamente, foi constituída a partir do materialismo histórico dialético (Martins, 2005).

A abordagem histórico-cultural “percebe os sujeitos como históricos, datados, concretos, marcados por uma cultura como criadores de ideias e consciência que, ao produzirem e reproduzirem a realidade social, são ao mesmo tempo produzidos e reproduzidos por ela” (Freitas, 2002, p. 22).

A partir do materialismo histórico dialético, a perspectiva histórico-cultural considera que todos os fenômenos devem ser estudados como processos em constante movimento e transformações, visto que o conhecimento é sempre construído na inter-relação das pessoas, e estas ocorrem em determinado tempo e espaço.

A base teórico-metodológica do materialismo histórico dialético apresenta uma compreensão de mundo a partir de uma relação dialética, onde a pesquisa é entendida como processo dinâmico. A perspectiva histórico-cultural considera o sujeito enquanto ser histórico, social e cultural em constante interação e, portanto, entende o pesquisador como parte da pesquisa. Esses postulados podem ser referenciais para a Psicologia Ambiental, que apresenta como objeto de estudo a interação do sujeito com o seu ambiente.

2.2 - Local e contexto da pesquisa: Conhecendo o Conjunto Macapaba/AP

A pesquisa foi realizada no Conjunto Habitacional Macapaba, construído a partir de 2009, através de recursos do Programa Federal Minha Casa Minha Vida, no Município de Macapá/AP. A cidade de Macapá, localizada no estado do Amapá, tem uma área de de 6.563,849km² e uma população estimada em 522.357 pessoas (IBGE, 2022).

O conjunto, construído em área periférica do município, está localizado na rodovia BR-210, Zona Norte da capital, e foi denominado de Cidade Macapaba pela grandiosidade de investimentos públicos, populacional e espaço físico.

O local ocupa extensa área e congrega a maior concentração de moradias populares em um só residencial, equivalente à construção de 4,3 mil moradias entre apartamentos e casas e atende cerca de 12 mil famílias. Conforme ressalta Tostes (2016, p. 14) “o conjunto Macapaba em termos quantitativos é bem maior que a população de vários municípios do estado do Amapá”.

A seguir, as Figuras 2 e 3 permitem visualizar aspectos da localização do Conjunto Macapaba.

Figura 2 - Distância do Conjunto Macapaba em relação ao centro da Cidade



Figura 3 - Imagem aérea do Conjunto Macapaba com identificação em amarelo a via de acesso ao Conjunto.



Fonte: Imagens extraídas do Google Earth e alteradas pela autora da pesquisa (2021).

A Figura 2 evidencia, pelo traçado amarelo, o percurso entre o Monumento da Fortaleza de São José, espaço turístico de referência localizado no centro da cidade, até a rotatória da Avenida principal do Conjunto Macapaba, totalizando uma distância aproximada de 10 km. Essa avenida dá acesso aos vários blocos e casas, conforme pode ser visto na Figura 4.

No seu projeto, o espaço é contemplado em seu entorno com equipamentos urbanos tais como escolas, Unidade de Policiamento Comunitário (UPC), Unidade Básica de Saúde, praça e comércio. Também conta com serviços como água encanada, fornecimento de energia elétrica, asfaltamento e linha de ônibus para garantir deslocamento da comunidade e de quem vive no entorno do conjunto. Entretanto, a construção dessas estruturas foi gradativa, sendo efetivada a partir da organização popular dos moradores, que se articularam por meio da associação comunitária e acionaram a Justiça Federal solicitando a conclusão das obras para a implementação do projeto do conjunto habitacional na íntegra, conforme relato de moradores.

Durante a visita para observação do espaço, foram identificados que, destes equipamentos urbanos, estavam em funcionamento a UPC e uma escola de ensino de ensino fundamental.

Às margens da Rodovia, é possível ter uma visão sobre toda extensão da frente do Conjunto, conforme Figura 10. Na principal avenida de acesso ao Conjunto, é identificada, à esquerda, a instalação predial dos serviços oferecidos à comunidade como: Escolas (Figuras 4 e 5), Unidade de Policiamento (Figura 6), Unidade Básica de Saúde (Figura 7), Igreja (Figura 8) e Parada de transporte coletivo (Figura 9). Do lado direito, encontramos os primeiros blocos de casas e apartamentos.

Figura 4 - Escola de Ensino Médio



Figura 5 - Escola de Ensino Fundamental



Figura 6 - Unidade de Policiamento



Figura 7 - Unidade Básica de Saúde



Figura 8 - Igreja católica



Figura 9 - Linha de Transporte Coletivo



Figura 10 - Imagem da via de acesso ao Conjunto Macapaba - Início da Avenida



Fonte: Registro da autora (2021)

Toda a extensão e os equipamentos urbanos instalados no Conjunto são visualmente identificados na paisagem como espaço segregado da área urbana da cidade, como fica evidenciado na Figura 3.

2.3 - Procedimentos iniciais

As observações no Conjunto Habitacional Macapaba iniciaram às 10h30 do dia 19 de fevereiro de 2021, quando foi feita a primeira visita.

Após contato telefônico com a líder comunitária em dia anterior, compareci ao Conjunto fazendo uma busca pelo endereço repassado, que se tratava da localização da Associação de Moradores do Bairro. Mas chegando ao local, não foi identificada a pessoa. Através de contato telefônico foi informado novo endereço, já que o anteriormente comunicado estava com dados invertidos. Então houve o deslocamento até a localização correta.

Ao chegar no apartamento que funcionava como sede da Associação dos Moradores, houve a apresentação entre a líder, a pesquisadora e mais três moradores que se encontravam no local. Foi explanado o objetivo da visita ao local, sobre a pesquisa e, na oportunidade, foram entregues a cópia do projeto e, em anexo, a relação de moradores que foram remanejados do Bairro Perpétuo Socorro após serem vítimas de incêndio. A lista foi obtida no site do Ministério das Cidades e no site do governo do Estado.

A líder, ao receber este material, visualizou os nomes da relação e informou que conhecia 80% dos moradores, que tinha seus contatos telefônicos e que ajudaria a realizar a

coleta, porém pediu que retornasse à Associação de Moradores na segunda-feira, pois estavam em reunião para tomada de decisões sobre a eleição que ocorreria no domingo seguinte, para novo representante de líder comunitário, na qual a mesma estava novamente candidata. E que, naquele momento, não poderia ser dada a atenção necessária.

Respeitando o momento, foi agradecido o acolhimento e foi confirmado melhor horário para realização de nova visita, agendada para a segunda-feira seguinte, a partir das 14h30. A líder manifestou seus agradecimentos, ressaltou que a comunidade apresentava muitas demandas e que, contar com o apoio da pesquisadora, seria importante. Informou que havia uma moradora que era psicóloga e fazia atendimentos, mas que havia se mudado; estabelecer parceria com a pesquisadora seria muito importante. Naquele momento, após acolher o pedido de parceria, foi reforçado qual seria o papel da pesquisadora na comunidade e que seriam dadas as orientações sobre busca de serviços que atendessem as demandas da comunidade, caso necessário.

Na despedida, um dos moradores acompanhou a saída da pesquisadora iniciando uma conversa sobre problemáticas do Conjunto. Apresentou-se como morador e anteriormente líder comunitário e representante da Associação Brasileira dos Direitos dos Mutuários-ABDM. Relatou sobre sua vivência no conjunto informando, inicialmente, que os moradores público alvo da pesquisa estavam distribuídos pelos 17 primeiros blocos entregues do Conjunto, mas que a grande maioria estava concentrada no bloco 7.

Enquanto saíamos do bloco, começou a chover, foi quando nos dirigimos para o Centro Comunitário onde se encontravam os Agentes de Saúde Comunitária - ACS realizando vacinação. A partir daí, o representante da ABDM começou o relato sobre a entrega das moradias informando que o projeto do Conjunto iniciou em 2011 no Governo da Presidente Dilma e que, somente em 2014, foram entregues aos moradores, incluindo neste grupo aqueles que sofreram o sinistro no bairro Perpétuo Socorro. Informou que as entregas dos apartamentos do Macapaba foram divididas em dois momentos, chamados de Fase 1 e Fase 2. Na fase 1, foram entregues alguns imóveis, porém ainda não tinham sido construídas as escolas, a Unidade Básica de Saúde e a Unidade de Policiamento Comunitário. Foi priorizada a entrega de apartamentos e casas para mulheres mães solteiras e idosos. Segundo ele, muitas dessas mães saíam para trabalhar e manter suas famílias, sendo que as crianças permaneciam sozinhas, muitas vezes “enfrentando situação de fome”. Naquele momento, as dificuldades do acesso das famílias à educação eram frequentes, pois não existiam recursos para levar os filhos às escolas as quais estavam matriculadas anteriormente. Para o informante, isso poderia facilitar a exposição das crianças a situações de violência sexual. A Associação de Moradores

dava encaminhamento aos órgãos competentes a casos de abuso a vulneráveis, segundo ele, em “índices alarmantes”.

Foi relatado que, desde a implantação e a entrega do Conjunto, a atuação do Governo Estadual sempre foi abaixo do esperado, pois não se fez de forma efetiva um acompanhamento das famílias. Segundo ele, a comunidade não recebia apoio para se desenvolver e buscar suas fontes de renda, então, a informalidade foi assumindo uma configuração predominante no entorno do Conjunto. Havia, no projeto, um espaço reservado para a construção do Centro do Empreendedor. Contudo, segundo ele, acabou sendo ocupado por comerciantes não residentes do Conjunto, retirando oportunidade de geração de renda dos próprios moradores.

As informações coletadas no primeiro contato com as duas lideranças, a então e o ex-líder, foram importantes para conhecer dados da dinâmica social do Conjunto e alinhar com a Associação de Moradores, definida, a partir de então, como ponto de apoio para mediar o contato com os moradores interessados em contribuir com a pesquisa.

Duas semanas depois, foi realizada nova visita ao Conjunto no intuito de percorrer seu entorno para realizar o registro fotográfico dos aspectos observados. Na oportunidade, fui acompanhada do então representante da ABDM no Amapá.

2.4 - Instrumentos de coleta de dados

Os instrumentos de coleta de dados adotados, para a apreensão do fenômeno psicossocial da apropriação do espaço e afetividade, foram: observação do espaço com anotações em caderno de campo da pesquisadora, registro fotográfico e aplicação remota do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos - IGMA proposto por Bomfim (2010), com a inclusão de uma pergunta relacionada ao momento de pandemia da COVID-19. O IGMA inclui a elaboração de desenhos, pergunta sobre o desenho e escala Likert (que pode ou não ser utilizada), conforme consta no Anexo I. Fotografia também pode ser utilizada, como proposto por Silva (2019) como ferramenta de apreensão da paisagem.

Considerando a perspectiva histórico-cultural, o pesquisador é ativo no processo de investigação, pois “Vygotsky também vê a pesquisa como uma relação entre sujeitos, relação essa que se torna promotora de desenvolvimento mediado por um outro” (Freitas, 2005, p. 25).

Conforme Martins (2005, p.119),

é somente ao “elevar” e “superar”, no significado dialético dos termos, a sua própria singularidade que o pesquisador será possível penetrar no universo intelectual, linguístico e emocional do entrevistado, sem, entretanto, se deixar dominar por esse universo, estabelecendo uma relação fértil e reveladora para o tema pesquisado.

A observação “pode revelar o que fazem as pessoas, como elas o fazem e como isso é influenciado - e, por sua vez, tem influência sobre o - ambiente social do qual tem lugar suas ações” (Breakwell et al, 2010, p.136). Sendo assim, utilizar este instrumento na pesquisa mostra-se fundamental na apreensão daquilo que é vivenciado na relação dos moradores com o espaço para o qual foram transferidos. Portanto, foram realizadas três visitas programadas para observação do local, nos horários da manhã, tarde e noite, durante a semana e nos finais de semana, a fim de observar e registrar de que maneira os moradores ocupavam e se organizavam no espaço, como o dia a dia dos mesmos se refletia na forma de constituir, utilizar e vivenciar tal espaço. Esta etapa foi realizada posteriormente à fase de aplicação do IGMA.

Os registros das observações foram anotados no caderno de campo, onde as mesmas estavam direcionadas para a verificação do uso que os moradores faziam dos espaços. Tais registros foram feitos também através de fotografias. Neste sentido, foram anotadas e fotografadas as características físicas do Conjunto, identificando algumas das organizações do espaço que os moradores estabeleceram a partir de suas vivências diárias no Conjunto Habitacional e suas associações ou vinculações.

A aplicação do IGMA, que inclui o processo de elaboração dos desenhos ou envio de fotografia e realização de perguntas sobre essa produção, foi iniciada logo após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. A utilização deste termo dá-se aos cuidados éticos envolvidos na pesquisa que, por envolver seres humanos, baseia-se nos princípios do Código de Ética do Psicólogo (CFP, 2005) e nas Resoluções nº 466 e nº 510 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012, 2016). O Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa é apresentado no Anexo II.

A elaboração de desenhos foi empregada como técnica para a construção dos mapas afetivos, recurso utilizado quando o pesquisador deseja identificar sentimentos que dificilmente seriam captados por técnicas de cunho racional.

Os mapas afetivos são um método proposto por Bomfim, em 2003, na Tese de Doutorado, em que analisa a Estima de Lugar que os participantes apresentaram em relação às cidades de São Paulo e Barcelona. Utilizando-se da metáfora enquanto recurso linguístico de apreensão dos afetos e apoiando-se na formulação dos mapas cognitivos propostos por Lynch

(1998, citado por Bomfim, 2010) para analisar e classificar os desenhos, Bomfim definiu seu instrumento dos mapas afetivos, considerando a construção das seguintes etapas: elaboração do desenho feito pelo participante/ investigação quanto ao significado do desenho para o participante/ a identificação dos sentimentos que o desenho produz nos participantes/ a construção de palavras-síntese que o participante refere ao desenho/ o pensamento que o participante tem em relação ao lugar objeto de análise, aplicação de questionário. Os desenvolvimentos desse método permitiram sua validação, que chegou às seguintes categorias de análise: pertencimento, agradabilidade, destruição, insegurança e contrastes. (Bomfim et al, 2014).

Bomfim (2010) partiu do pressuposto de que a compreensão do espaço urbano como espaço de relações e afetos, construídos a partir da apropriação deste, pode ser feita por meio da análise de mapas afetivos. A autora defende que as representações sociais produzidas no desenho refletem a maneira como as pessoas se apropriam deste espaço de vivência e estabelecem a relação de identidade.

Os mapas afetivos são representações do espaço e relacionam-se com qualquer ambiente como território emocional. Os mapas afetivos são instrumentos reveladores da afetividade e indicadores da estima da cidade. (Bomfim, 2010 p. 222).

Os mapas afetivos revelam, na representação gráfica, a afetividade que o indivíduo constrói com o ambiente no qual está inserido. De acordo com Bomfim (2010), é possível identificarmos de que maneira é estabelecida tal relação.

Eles são orientadores das estratégias de ação e avaliação dos níveis de apropriação (pertencer ou não pertencer a um lugar), apego (vinculação incondicional a um lugar) e identidade social urbana (conjunto de valores, representações, atitudes que tomam parte da identidade do indivíduo no lugar). (Bomfim,, 2010, p. 222).

Desta forma, é solicitado aos participantes que façam desenhos que representem sua maneira de viver no espaço. Em seguida, é realizada a fase de perguntas acerca do desenho para identificar os significados, os sentimentos que apresentam em relação ao espaço, destacando palavras chaves que expressem esses sentimentos e metáforas sobre o espaço em que vivem. O procedimento é finalizado com a aplicação de uma escala Likert que propõe identificar estima ao lugar através de aspectos relacionados ao pertencimento, contrastes, destruição, agradabilidade e insegurança, além de informações referentes ao engajamento social deste participante e seus dados sócio demográficos.

Na pesquisa, a aplicação do IGMA ocorreu de forma remota, por meio da plataforma digital Google Meet. No momento da aplicação, houve apoio do representante da Associação de Mutuários, que auxiliou os moradores no suporte operacional, disponibilizando espaço e acesso à internet para a aplicação do instrumento e orientando, inicialmente, o acesso à plataforma Google Meet, o envio do TCLE e do desenho produzido pelos participantes. Este suporte foi dado aos participantes que sinalizaram desconhecimento e dificuldades no acesso à ferramenta. Foram disponibilizados, na Associação papel A4, lápis de cor diversos, cópia impressa do TCLE, máscaras e álcool em gel para os participantes utilizassem conforme horário previamente agendado.

Ao acessar a plataforma, em contato com o participante, foi feita a apresentação da pesquisadora, repassadas informações da pesquisa e etapa de coleta de dados. Os participantes eram informados da tarefa de elaboração do desenho, sendo solicitado que, inicialmente, acessassem o *link* para confirmar aceite no TCLE e anexar o desenho produzido. Solicitou-se que o desenho fosse anexado ao formulário *online* encaminhado para o participante. A realização dos desenhos tomou em média aproximadamente 5 minutos. A fase de perguntas, segunda etapa da aplicação do IGMA, foi o momento em que cada participante respondeu às perguntas que a pesquisadora elaborou, relacionadas ao desenho produzido por eles. O tempo médio dessa fase foi de 30 minutos. Foi seguido o modelo de perguntas do IGMA e a coleta das respostas dos participantes foi registrada por meio da transcrição direta das falas enquanto respondiam as questões. Não foi realizada a gravação deste contato virtual.

As respostas fornecidas pelos participantes durante a aplicação do IGMA estão sintetizadas em quadros demonstrativos, no Apêndice II desta pesquisa.

2.5 - Participantes e formas de contato

Os participantes foram moradores que ocupavam a área do Bairro do Perpétuo Socorro, vítimas de um incêndio em 2013, que deixou cerca de 250 famílias desabrigadas. Eles foram reassentados para o Conjunto Habitacional Macapaba a partir de 2014 e receberam apartamentos sem assumir os custos da aquisição dos imóveis, em virtude das condições de vulnerabilidade e desproteção social em que se encontravam.

O recrutamento dos participantes ocorreu por meio da indicação de pessoas pela líder da Associação de Moradores, a partir da lista de dados obtida no site oficial do Governo do Estado do Amapá, www.portal.ap.gov.br. Inicialmente, 15 pessoas foram contatadas por meio telefônico, que manifestaram interesse em participar das atividades propostas na pesquisa. Porém, somente seis participaram efetivamente.

Os primeiros contatos telefônicos ocorreram para confirmar interesse na participação e orientar sobre os passos que seriam adotados durante a aplicação do instrumento. A entrevista, em função da pandemia, seria realizada de forma virtual. Ao explicar sobre essa condição, foi identificado que os participantes não demonstraram segurança em realizar a atividade, pois não apresentavam familiaridade com o uso de ferramentas virtuais.

Diante do impasse e com a disponibilização do espaço da ABDM, decidiu-se por utilizar seu espaço para que os participantes tivessem acesso ao material, que seria fornecido para execução da tarefa e pudessem ter também o apoio do representante da comunidade durante a realização da atividade.. Foi assumido e cumprido o compromisso de efetuar o pagamento da internet da Associação de Moradores para que fosse viabilizada a realização de contato *online* com os participantes.

Definida a viabilidade de contribuição da Associação como ponto de apoio para a realização das atividades, entrou-se em contato novamente com os moradores, que consideraram importante o auxílio da liderança comunitária para a participação na pesquisa. Após estabelecidos novos procedimentos de aplicação, foram agendados, de acordo com disponibilidade dos moradores, dia e horário para realizarmos a tarefa.

Nos dias em que ocorreram as participações, foi encaminhado por meio remoto o *link* de acesso ao formulário que constava de uma cópia do TCLE para que fosse aceita a participação voluntária e o instrumento de coleta, com orientações conforme descritas no Apêndice I.

Os seis participantes atenderam os critérios do Programa Minha Casa Minha Vida classificados como perfil de baixa renda, inscritos no Cadastro Único do Governo Federal e identificados pela Secretaria de Mobilização e Inclusão Social do Estado do Amapá - SIMS como moradores em vulnerabilidade social, visto terem sido vítimas de incêndio em área de ressaca do bairro Perpétuo Socorro, onde perderam suas casas e se encontravam em situação de desproteção, e após este episódio receberam como doação casas e apartamentos no referido Conjunto habitacional.

Foi solicitado aos participantes que atribuíssem nome fictício de acordo com o gostariam de ser identificados na pesquisa, garantindo o sigilo de seus dados pessoais. Iniciou-se a coleta com os dados de identificação que integram o perfil dos participantes, conforme dados sócios demográficos solicitados na fase de perguntas do IGMA. Os dados foram organizados na tabela abaixo.

Tabela 1 - Dados de identificação dos participantes

Nome Fictício	Sexo	Idade	Nível escolar	Situação laboral	Renda familiar mensal	Tempo de moradia em anos
Florinda	Feminino	38	Médio	Vendedora	1.800,00	8
Soledade	Feminino	29	Médio	Vendedora	1.200,00	7
Vitória	Feminino	25	Médio	Do lar	1.200,00	7
Paulo	Masculino	64	Fundamental	Vendedor	2.000,00	8
Maria	Feminino	42	Fundamental	Do lar	1.500,00	8
Lu	Feminino	45	Médio	Vendedora	3.000,00	4

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

A seguir, temos a apresentação dos participantes, conforme dados da tabela e relato pessoal dos mesmos.

Florinda, 38 anos, sexo feminino, era natural do Pará, residia há 8 anos no Conjunto, possuía Ensino Médio incompleto. Como fonte de renda, dispunha de benefício social do Governo Federal - Bolsa Família, realizava atividades informais como diarista esporadicamente e atuava também com vendas autônomas de catálogos. Morava em um apartamento com seu casal de filhos, uma menina de 16 anos e um menino de 2 anos. Tinha uma renda mensal de um pouco mais que 1 salário mínimo.

Soledade, 29 anos, sexo feminino, era natural de Macapá, tinha Ensino Médio completo. A renda familiar derivava do recebimento de benefício Bolsa Família do Governo Federal e do Programa Social Amapá Jovem do Governo do Estado, mas também compunha a fonte de renda junto com o marido. Como moradora da área do incêndio, recorreu à Justiça e foi contemplada havia 7 anos com a doação de um apartamento, onde residia com a filha e o marido.

Vitória, 25 anos, sexo feminino, natural de Macapá, Ensino Médio completo, reside no apartamento com o marido e 2 filhos. Recebia benefício Bolsa Família do Governo Federal e também do Programa social Amapá Jovem Renda, do Governo do Estado. Seu marido não tinha emprego e, esporadicamente, realizava serviços em geral cobrando por diária. Morava no Conjunto há 7 anos no momento da pesquisa de campo.

Paulo, 64 anos, sexo masculino, natural do Afuá no Estado do Pará, possui Ensino Fundamental incompleto. Residia desde 2014 no Conjunto com a esposa e um filho de 26 anos. Como fonte de renda, tinha trabalho informal desenvolvido no Conjunto. Era o único responsável pela renda, mas contava com a ajuda do filho na execução da atividade. Reside no conjunto há 8 anos.

Maria, 45 anos, sexo feminino, natural de Macapá, residia com 3 filhos. Possuía Ensino Fundamental completo. Tinha como fonte de renda o benefício social Bolsa família e, esporadicamente, trabalhava como diarista. Morava no Conjunto há 8 anos no momento da pesquisa de campo.

Lu, 42 anos, sexo feminino, natural de Macapá, adquiriu a doação do apartamento em 2017, por meio de pedido judicial. Residia com o esposo e dois filhos há 4 anos no local. Seu esposo trabalhava como pedreiro e Lu trabalhava informalmente como vendedora de bazar de novos e usados.

2.6 - Procedimentos de análise e interpretação

O tratamento dos dados nesta pesquisa baseou-se na proposta de Bomfim (2010), privilegiando a análise de conteúdo categorial, sem o uso da análise quantitativa de escala tipo Likert. Na análise qualitativa, a autora propõe como necessários os seguintes passos: pré-análise, codificação através da fragmentação do texto, catalogação das unidades e a categorização.

Para elaboração do instrumento, Bomfim (2010) inicialmente fez um pré-teste para testar a relação entre desenhos e palavras sínteses e levantar categorias. Definindo seu instrumento final a partir desta análise qualitativa dos conteúdos dos desenhos, dos sentimentos e das palavras sínteses.

Na construção do instrumento final proposto em sua tese, Bomfim (2010) apresenta os seguintes itens do IGMA: O desenho, sendo o primeiro item do instrumento, para facilitar a expressão das emoções; O significado do desenho onde aqui o participante esclarece o que ela quis representar; o item Sentimentos, onde o participante descreve os sentimentos a respeito dos desenhos; o item Palavras síntese, onde o participante é solicitado a falar de 1 a 6 palavras que sejam síntese dos sentimentos provocados inicialmente pelo desenho; o item O que pensa da cidade para captar respostas que não foram emitidas até o momento; o item Categorias da Escala Likert; O item Comparação da cidade, onde o participante compara a cidade com algo; o item Caminhos percorridos solicita-se uma descrição dos caminhos frequentemente

percorridos; o item Participação em associação espera-se uma resposta objetiva se tem alguma afiliação; o item Participação em movimentos sociais com resposta também objetiva e espaço para justificar caso seja afirmativa; e o item caracterização sociodemográfica. (Bomfim, 2010).

Estas etapas, ao serem sistematizadas, possibilitam a construção dos mapas afetivos enquanto instrumento metodológico que objetiva apreender aos afetos que as pessoas expressam pela cidade, pelo lugar em que tem construído uma relação.

O processo de análise possibilitou à Bomfim (2010) a construção de um modelo de sistematização para a elaboração dos mapas afetivos, descrito conforme a tabela abaixo.

Tabela 2 - Quadro síntese do processo de categorização voltado para a elaboração do mapa afetivo da cidade

Identificação	Estrutura	Significado	Qualidade	Sentimentos	Metáfora	Sentido
Nº: Sexo: Idade: Escolaridade: Cidade: Tempo de residência (quando não originário)	*Mapa cognitivo de Lynch: desenho de monumento, caminhos, limites, conflitos e bairros. *Metafórico: desenho que expressa, por analogia, o sentimento ou estado de ânimo do respondente.	Explicação do respondente sobre o desenho.	Atributos do desenho e da cidade, apontados pelo respondente.	Expressão afetiva do respondente ao desenho e à cidade.	Comparações da cidade com algo pelo respondente e, que tem como função a elaboração das metáforas.	Interpretação dada pelo investigador à articulação de sentidos entre as metáforas da cidade e outras dimensões atribuídas pelo respondente (qualidades e sentimentos).

Fonte: Elaborado por Bomfim (2010, p.151).

Considerando o modelo de análise proposto, diante do número de participantes e dos dados coletados nesta pesquisa, priorizou-se a análise qualitativa, destacando as categorias apresentadas nos estudos de Bomfim que indicam a relação de afeto construída na relação pessoa-ambiente que expressam agradabilidade, destruição, pertencimento, insegurança e contrastes.

O IGMA, enquanto instrumento científico de coleta de dados e ferramenta de intervenção, foi submetido por Bomfim ao processo de validação, passando por algumas reformulações, porém mantendo uma estrutura que apresenta elementos essenciais de apreensão dos afetos em diferentes contextos de pesquisa.

Nesta pesquisa, foi utilizado o modelo inicialmente proposto por Bomfim, elaborado durante o Doutorado da autora, flexibilizando apenas a forma de aplicação que ocorreu de modo remoto, procedimento justificado pelo contexto histórico social de construção desta pesquisa, marcado pela Pandemia da Covid-19. Destaca-se que houve avanços significativos no instrumento ao longo dos últimos anos, empreendidos pela autora e por seu grupo de orientandos. Contudo, a opção pelo modelo mais próximo ao original deu-se pela maior familiaridade da pesquisadora com este e, por esse motivo, seu uso, mesmo que fosse limitado em relação aos desdobramentos mais atuais do método, potencializaria a apreensão da relação afetiva dos participantes com o espaço de moradia.

A partir dos resultados obtidos do IGMA, mesmo em sua versão original, é possível identificar a relação de estima ao lugar, que é reveladora da forma de apropriação do espaço estabelecida nesta relação pessoa ambiente. Caso seja potencializadora, ou seja, promotora do sentimento de pertença ao local e de afetos ativos, pode-se pensar que há a promoção de sensação de bem-estar nos que residem em determinado local; e caso seja despotencializadora, ou seja, promotora do sentimento de repulsa e de afetos passivos, pode sinalizar o desconforto dos sujeitos no contexto pesquisado (Bomfim, 2010).

A construção dos mapas afetivos, no que se refere a sua análise qualitativa, categorizou assim a apreensão dos afetos considerando as unidades Significado, Qualidade, Sentimentos, Metáfora e Sentido e, a partir desses dados, foi possível compreender a relação que os moradores do Macapaba têm construído com o lugar, considerando as categorias agradabilidade, pertencimento, destruição, contrastes e insegurança.

Nos Resultados, primeiro são trazidas as impressões sistematizadas a partir das visitas em campo e, em seguida, são apresentados os mapas afetivos de cada participante, seus relatos, percepções e sentimentos produzidos na relação com o Conjunto, produzidos a partir

das condições que o levaram ao novo local de moradia, mas, sobretudo, da forma que tem ocupado e se organizado dentro do mesmo. Os dados são apresentados a partir das perguntas do IGMA, com acréscimos de pergunta sobre a relação com o espaço durante a pandemia de COVID-19.

3. RESULTADOS

Inicialmente, são apresentados os resultados identificados a partir da observação *in loco* do Conjunto Macapaba e dos registros fotográficos, que objetivavam conhecer e identificar as formas de organização socioespacial dos moradores. Posteriormente, são apresentados os Mapas afetivos produzidos a partir do IGMA aplicado nos participantes e a síntese dos afetos identificados na relação que os moradores estabelecem com o Conjunto Habitacional.

3.1 - A ocupação do espaço no conjunto habitacional Macapaba/AP

De alguma maneira é preciso morar. No campo, na pequena cidade, na metrópole, morar como vestir, alimentar, é uma das necessidades básicas dos indivíduos. Historicamente mudam as características da habitação, no entanto é sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar espaço. (Rodrigues, 2001, p11)

O Conjunto Habitacional que foi o contexto da investigação (Conjunto Habitacional Macapaba) resultou da política de planejamento urbano que seguiu critérios de habitabilidade, contendo, no seu projeto, uma infraestrutura que, além da moradia, fornece condições urbanas ao entorno, como equipamentos de educação, saúde e mobilidade urbana.

A construção desse Conjunto Habitacional esteve vinculada a um Programa do Governo Federal, lançado em março de 2009, para subsidiar a aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias com renda até 1,8 mil reais e facilitar as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda até de 7 mil (Brasil, 2009).

O registro fotográfico, realizado nos momentos de observação *in loco*, evidencia alguns dos diferentes usos que os moradores do Conjunto Macapaba fazem das suas moradias, reforçando a compreensão de que, no processo de apropriação do espaço, incorporar elementos que sejam representativos da sua identidade, dos seus interesses e afetos é uma forma de legitimar sua ocupação, conforme identificamos nas Figuras 3 a 9, que foram captadas no primeiro dia de visita ao Conjunto. Enquanto percorria as avenidas de acesso aos

blocos de casas e apartamentos, foi possível registrar imagens como alterações na estrutura original do imóvel, percebidas pela ampliação de áreas que passaram a caracterizar a extensão de suas moradias.

Dentre os usos identificados e que provocaram modificações nas estruturas das casas e apartamentos, está a construção de áreas privativas como extensão da casa (pátios), mas sobretudo, a construção de pontos comerciais para fins diversos (venda de alimentos, vestimentas, serviços de copiadoras, bar, oficinas, entre outros), conforme identificados nas Figuras nº 11 a 16. Tais modificações, que se repetem ao longo do conjunto, como forma de apropriação do espaço, estão explicitamente vinculadas ao desenvolvimento de atividades econômicas estabelecidas de maneira informal.

Figura 11 - Atividade econômica informal na principal avenida do conjunto



Figura 12 - Ampliação e delimitação de área privativa (pátio)



Figura 13 - Construção de espaço destinado a venda de alimentos



Figura 14 - Mudanças na estrutura do prédio para atividades econômicas



Figura 15 - Construção anexa a estrutura dos apartamentos



Figura 16 - Uso do apartamento com fins de comercialização



Fonte: Registro da autora (2021)

Sobre esta ampliação e modificação dos espaços, percebidos nos registros fotográficos das Figuras 11 a 16, identificou-se que a mudança na estrutura dos imóveis reflete a necessidade dos moradores de terem acesso a espaços de lazer, entretenimento e até mesmo a presença de supermercados, dentre outras necessidades não atendidas, visto que, diante da segregação socioespacial, estes serviços não eram encontrados no entorno do Conjunto, o que também contribuiu para estas ações que modificaram a estrutura dos imóveis. Sobre o acesso a estes serviços, embora exista uma área destinada para instalação de um projeto econômico que se propõe a desenvolver a atividade empreendedora dos moradores, até o momento da visita ao Conjunto, não havia sua execução por parte do poder público.

A área ao entorno das casas e apartamentos dispunha de alguns espaços coletivos para a prática de esporte e lazer, porém, não foram identificados, durante as visitas ao local, o uso desses espaços.

Outro aspecto percebido durante o percurso para observação e registro do espaço objeto de estudo, no que diz respeito à forma de ocupação e organização do Conjunto Macapaba, foi a relação antagônica de cuidado e degradação do ambiente. Na mesma área, evidenciou-se o cultivo de plantas e o interesse por manter uma área arborizada e higienizada, mas também foi evidente a presença do lixo no entorno de alguns blocos e casas.

Ao mesmo tempo, outros aspectos observados reforçam a ideia de estima de lugar também potencializadora, conforme proposto por Bomfim (2010), considerando a implicação destes moradores em garantir e manter um espaço que indica o quão identificados estavam com o mesmo, realizando ações individuais ou coletivas, através de reuniões no Centro

comunitário, para realização de limpeza, poda das plantas, manutenção dos brinquedos nas áreas de lazer das crianças, quadra de esportes, cuidado e usos do centro comunitário e cuidado com a aparência e higienização no entorno de sua moradia, conforme as Figuras de 17 a 22.

Figura 17 - Quadra de esporte entre os blocos de apartamentos



Figura 18 - Espaço de lazer infantil



Figura 19 - Jardim feito por moradores



Figura 20 - Espaço de convivência construído pelos moradores



Figura 21 - Centro Comunitário



Figura 22 - Jardins no entorno dos apartamentos



Fonte: Registro da autora (2021)

Durante a visita ao Conjunto Habitacional, ao percorrer os corredores dos blocos de apartamentos, também foram registros fotográficos. As Figuras 23 a 25 nos possibilitam refletir sobre a apropriação das áreas comuns internas aos blocos, por meio de ações que reforçam a relação simbólica de afeto que os moradores constroem com suas moradias, quando lhes atribuíam significados de doçura, lugar de gente feliz, utilizando-se de objetos decorativos que evidenciam os afetos positivos construídos nesta relação.

Figura 23 - Decoração de entrada do apartamento



Figura 24 - Porta decorada com placa Casa de gente feliz



Figura 25 - Porta decorada Lar doce lar



Figura 26 - Porta com aviso aos visitantes



Figura 27- Porta com aviso aos vizinhos



Figura 28 - Portão de entrada restrito



Fonte: Registro da autora (2021)

Foi percebido também, conforme exposto nas Figuras 26 a 28, exemplos das formas de comunicação e interação com a vizinhança, destacando, naquele contexto, o momento de pandemia de COVID-19, que demandou uma mudança na convivência, reforçando o isolamento social, a fim de evitar a propagação do vírus. Já, na Figura 28, encontramos também a porta com trava e cadeado, indicando o cuidado com a segurança do local e restrição de acesso ao lugar.

Sabe-se que as pessoas que são remanejadas e/ou reassentadas podem ser levadas a conviver em moradias que possuem tipologias muito distintas uma da outra, especialmente no que diz respeito à organização e o uso do espaço doméstico, sendo este um aspecto que pode ter influência sobre a forma como a família organiza suas rotinas e as relações nas atividades diárias de convivência com seu entorno (Araújo & Costa, 2013; Cernêa, 1996; Denaldi, 2009; Rocha, 2009; Rolnik, 2012).

Por sua vez, a forma como essas populações lidam com as variações características de espaços, tanto física quanto relacionalmente diferentes, pode sofrer influência de múltiplos fatores e, conseqüentemente, ter implicações na maneira como o processo de apropriação do Conjunto Habitacional acontece, com maior ou menor nível de satisfação pelo morador.

Felippe (2010) afirma que, ao avaliar locais de vida cotidiana, como por exemplo, a casa, as pessoas tendem a fazer relações de caráter utilitário, dando prioridade à função e à serventia de certos objetos, elementos e lugares, como água e fogo, luz e sombra, movimento e vazio, interior e exterior. Logo, o interior da casa pode ser caracterizado como o espaço seguro, livre e privado em detrimento do exterior que desperta, por exemplo, sensações de perda, obscuridade e perigo. Contudo, por vezes, esse ambiente externo coloca ao morador a possibilidade de expandir e incorporar espaços alheios como se fosse parte da sua casa. Essa é a razão pela qual alguns agentes envolvidos na concepção arquitetônica dos espaços de habitação defendem a busca pelo sentido próprio da arquitetura. Ou seja, trata-se de uma concepção de ambientes de moradia baseada nas características, inerentes ao homem, que são projetadas no espaço, entendendo que a arquitetura só encontra seu sentido ao fazer parte da experiência da pessoa no mundo.

Os usos dos espaços do Conjunto, informados pelos participantes da pesquisa, restringem-se a uma relação funcional dos mesmos. Quando perguntados sobre o desenvolvimento das atividades cotidianas, ao relatarem sobre os caminhos frequentemente percorridos dentro do Conjunto, aparecem as calçadas de acesso da moradia à casa de algum familiar que também reside no Conjunto, ou vias de acesso ao trabalho.

Um dos condicionantes da pesquisa foi sua realização durante a pandemia da COVID-19. O relato dos participantes foi unânime sobre os graves impactos da pandemia relativos às dificuldades enfrentadas na circulação de espaços afastados do Conjunto, intensificadas pelo evento que ocorreu em novembro de 2020 com a falta de fornecimento de energia elétrica no Estado do Amapá. Este evento, com repercussão nacional, afetou a rotina dos moradores do Conjunto, em virtude das restrições e privações a que ficaram expostos por 15 dias, impactando também no abastecimento de água e demais restrições.

3.2 - Mapas Afetivos dos moradores do Conjunto Habitacional Macapaba/AP

A materialização dos afetos é identificada nas diversas formas de estar, agir, relacionar-se e organizar-se nos espaços. E a compreensão desta dinâmica, no Conjunto Macapaba, foi abordada inicialmente pelos Mapas afetivos produzidos pelos moradores participantes e, posteriormente, por uma síntese dos mapas afetivos destacando elementos de estima potencializadoras e ou despotencializadoras identificados neste espaço.

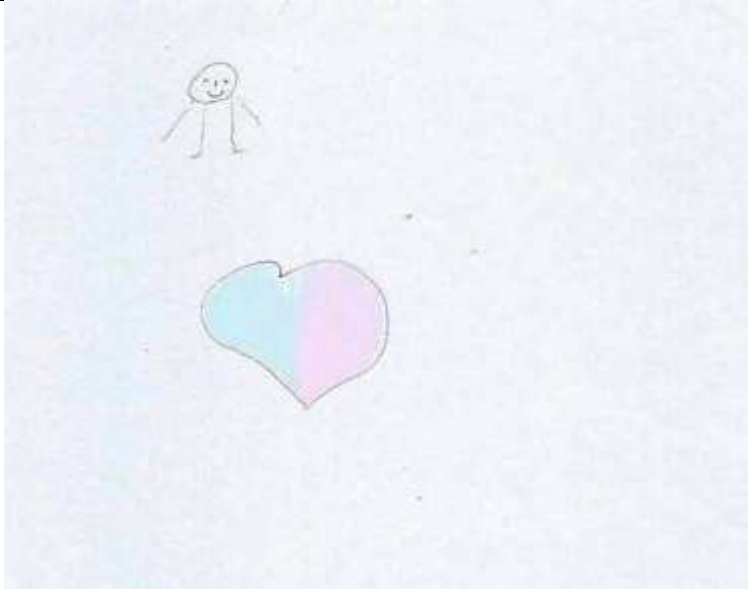
Na elaboração e construção dos mapas afetivos pelos participantes da pesquisa, são apresentadas as imagens extraídas da análise de conteúdos categorial, do sentido e do motivo, feitos a partir do significado que os participantes atribuíram aos desenhos.

Os resultados obtidos através da aplicação do IGMA com os moradores reassentados no Conjunto Macapaba são apresentados a princípio individualmente, no intuito de compreender os afetos produzidos por cada morador, a partir dos sentimentos e emoções expressos.

A participante identificada aqui como Florinda, foi a primeira a realizar a aplicação do instrumento. Apresentou-se falando em voz baixa, denotando retraimento, tanto por meio de sua fala como de expressão não verbal, já que abaixava a cabeça sempre que concluía sua fala diante das perguntas realizadas. Após a instrução para a realização do desenho, a participante demorou um tempo de aproximadamente 5 minutos para iniciá-lo, o qual está exposto abaixo no Quadro 1. Concluído o desenho, iniciou-se a segunda etapa de perguntas sobre o desenho e relação com o Macapaba. Este momento teve o tempo 25 minutos. No envio do desenho precisou do auxílio na utilização do aplicativo para enviar corretamente o material.

Na fase de respostas às perguntas sobre o desenho e sobre sua relação com o Conjunto Macapaba, ela informou que foi contemplada com a doação da casa pelo Governo do Estado, após perder sua moradia e pertences pessoais, mas que, antes de receber a chave do apartamento, ficou por oito meses morando de aluguel, também subsidiado pelo governo local.

Quadro 1 - Mapa Afetivo 1 Florinda - Síntese do processo de categorização

Identificação: Florinda Sexo: Idade: 38 Profissão: Vendedora autônoma				
				
Estrutura: Metafórica				
Significado	Qualidade	Sentimento	Metáfora	Sentido
“O desenho quer dizer que eu vim sozinha e feliz porque é meu, tem boa estrutura, era bonito, mas hoje não me sinto feliz aqui”	“Era um bom lugar pra se morar. Era bonito. Tinha água”	“Tristeza, angústia, seu eu pudesse mil vezes onde eu morava. A estrutura é melhor. Pensei que ia ser tranquilo”	“As coisas têm o lado bom e ruim. Aqui é o ruim”	Moradia Lado ruim, expressa destruição, pois gosta da sua moradia, de ter seu lugar, mas se angustia na relação com o entorno que não reflete zelo e segurança

O significado atribuído por Florinda ao seu desenho expressa uma emoção que indica destruição, ao dizer que se sentia feliz por estar em um espaço que era seu, porém gostaria que sua moradia estivesse instalada no lugar anterior (onde foi vítima de incêndio), visto que lá tinha sensação de tranquilidade, associada à relação de pertencimento que estabelecia com o local do qual foi remanejada.

É possível identificar, nos sentimentos e significados expressos através de metáforas paradoxais, uma estima de lugar com função despotencializadora, onde claramente é evidenciada a satisfação por ter sua moradia, com estrutura que considera bonita, porém sua

interação com o entorno da mesma, lhe gera insegurança e desconforto, seja na relação com a vizinhança ou mesmo com algumas questões de infraestrutura do Conjunto habitacional.

Podemos identificar neste mapa, sentimentos, emoções e palavras que indicam polarização (positiva e negativa), destacando o elemento tempo como um fator importante neste processo de apropriação do novo espaço, pois, ao ser reassentada, demonstrou emoções positivas em relação à moradia, que foram se modificando a partir da interação com seu entorno. O uso dos verbos no passado remonta a um processo de transformação das condições da localidade ao longo do tempo, em sentido negativo, rompendo com as expectativas e a relação inicial positiva que havia quando nele chegou.

No mapa, no sentido da *Moradia Lado ruim*, ao identificarmos as palavras que reforçam a contradição entre bom/ruim, bonito/feio, limpo/sujo, felicidade/tristeza, evidencia-se um movimento que dificulta e distancia a participante do processo de apropriação, dada a presença do sentido de destruição e do sentimento de insegurança como outro aspecto despotencializador de estima ao lugar.

Durante a etapa de perguntas proposta pelo IGMA, Florinda trouxe falas significativas da relação que estabeleceu até então com o Conjunto Macapaba, evidenciando uma dificuldade na vinculação com o lugar, demonstrada através da sua narrativa sobre o interesse em residir em lugar, que lhe gerasse tranquilidade: “penso que se eu pudesse sair daqui pra um lugar melhor, mais tranquilo”. Sua fala descreve sentimento de tristeza e angústia e aponta ainda para uma relação forte com o lugar em que morava anteriormente, quando diz “se eu pudesse mil vezes voltar para onde eu morava”.

Ao responder sobre o que pensava do conjunto, a moradora expõe sua percepção inicial do lugar, enquanto um lugar bonito, mas que foi impactado pelas relações de vizinhança construídas e pelos que foram chegando no Conjunto. Sua fala expressa a vivência de um confinamento em seu apartamento, sem uso de espaços de lazer de uso comum que lhe deixasse confortável ou mais estimulada a ampliar sua rede de relacionamento, mostrando uma vida social mais restrita ao convívio com sua irmã, quando diz percorrer com frequência o deslocamento entre o seu apartamento até ao de sua irmã que mora em bloco de apartamentos do outro lado do seu.

A construção de um vínculo com o lugar, durante a pandemia, pareceu tornar-se ainda mais fragilizada dadas as dificuldades vivenciadas por Florinda. Ela lamentou sobre o acesso à água, sobretudo, quanto ficou privada do consumo de energia elétrica, durante o apagão, ressaltando: “foi mais difícil mesmo no período do apagão. Sem energia, sem água. Falta

muita água aqui. Eles disseram que a água era da CAESA, mas é poço mesmo e tem tempo que não tem água pra nada”.

Entende-se assim que Florinda, em seu mapa afetivo, apresenta palavras e significados associados à imagem de destruição, que revelam sentimento despotencializadores, marcados pela angústia, medo, solidão, desamparo e falta de afeto com o lugar.

No mapa da participante Soledade, é possível reconhecer, através da sua fala, emoções e sentimentos que sugerem uma relação de pertencimento e agradabilidade, conforme exposto no Quadro 2.


Soledade, durante a coleta de dados, apresentou fala com entonação e firmeza no posicionamento, com relatos que indicavam sua alegria em contar sua história mesmo diante das circunstâncias que a levaram para outro lugar de moradia. Sua participação teve o tempo de 27 minutos. Demonstrou facilidade com a ferramenta *online* para enviar o desenho.

Relatou que todos os membros de a sua família extensiva, pai, mãe e irmãos, moravam na área atingida pelo incêndio. E que todos perderam suas casas e pertences, mas, juntos, apoiaram-se e foram assistidos pelo benefício de aluguel social até serem reassentados no Conjunto Macapaba.

Durante contato remoto, após orientações recebidas sobre os procedimentos de coleta, realizou a produção do desenho e, em seguida, iniciamos a fase em que respondeu às perguntas do questionário do IGMA.

No significado atribuído à relação com o Conjunto, Soledade expôs sua alegria em morar em um espaço que é seu e próximo das pessoas com as quais constituiu seus laços de afeto, sobretudo, da família. Também expôs que, mesmo diante das condições de falta de moradia, sentiu-se acolhida pelo poder público.

Quadro 2 - Mapa Afetivo 2 Soledade - Síntese do processo de categorização

Identificação: Soledade Sexo: Feminino Idade: 29 Profissão: Vendedora informal				
				
Estrutura: Cognitiva				
Significado	Qualidade	Sentimento	Metáfora	Sentido
<p>“A família não se separou. Quando viemos pra cá minha filha ainda era recém nascida. Estamos todos bem já tem 8 anos.”</p>	<p>“Eu gosto de morar. As pessoas falam mal por certas coisas que acontecem. Mas eu tenho que gostar de onde eu moro”</p>	<p>“Felicidade de ter meu canto”</p>	<p>“Não tem o céu e o inferno?, pois é, é assim. Tem tempo que tá bom e outro tá mal.”</p>	<p><i>Moradia Ora Céu, Ora Inferno</i> pois sente-se segura em estar próximo do familiares, embora perceba as adversidades e problemas psicossociais que o lugar apresenta, denotando contraste e agradabilidade.</p>

No mapa, no sentido da *Moradia ora céu, ora inferno*, os indicadores que denotam relação de contraste e agradabilidade são encontrados em emoções, sentimentos e palavras que sugerem identificação com o lugar, como “felicidade é ter o que é meu”, “eu gosto de morar aqui”. Contudo, há sentimentos de contraste também, ao se utilizar de metáfora Céu/Inferno e mesmo quando, ao se remeter ao que os outros falam do lugar, ela se impõe a obrigação de gostar de onde mora. Assim, mesmo que em menor destaque, há situações de contraste, pois há palavras que indicam a polarização de aspectos positivos e negativos.

Conforme destaca Bomfim e Souza (2018, p. 92) “a imagem de contrastes pode ser potencializadora e/ou despotencializadora, [...]. Para que as pessoas se impliquem e

participem, elas precisam sentir que o lugar é uma extensão de sua identidade, ou seja, desenvolvam sentimentos de pertencimento, de identificação e de potência de ação”.

Soledade traz elementos em sua fala que reforçam a compreensão de pertencimento ao lugar, quando diz que “Eu gosto de morar aqui. As pessoas falam mal por certas coisas que acontecem. Mas eu tenho que gostar de onde eu moro”. Esse pertencimento é fortalecido por sentimentos de “amor, gratidão, união e fé”. Considera-se que estar no que é seu e próximo da família é significativo e contribui para esta construção de identidade ao lugar.

Sua forma de se apropriar deste espaço é marcada pela relação de vizinhança que estabelece com familiares, que lhe proporciona bem-estar, pois, quando solicitada a falar sobre os caminhos percorridos frequentemente no conjunto, relatava uma rotina de vivência diária com os mesmos: “a casa da minha mãe. Eu moro na quadra do lado da dela. É onde estou agora. Venho todo dia aqui. Ela mora no mesmo bloco onde fica a associação”.

Essas relações familiares de convívio no conjunto, representativas de intimidade, aproximação, apropriação e identidade, durante a pandemia, permitiram que ela não sentisse diferença na sua rotina como moradora do conjunto, expondo que “nossa rotina no conjunto não alterou em nada, eu e toda minha parentela só usamos máscaras quando temos que ir em algum lugar que é obrigado a gente usar. Aqui mesmo a gente vai de um lado pro outro sem usar. Graças a Deus nenhum de nós pegou COVID.”

Sabe-se que na categoria pertencimento são encontrados sentimentos, emoções e palavras de identificação ao lugar, bastante presentes no mapa afetivo de Soledade.

No Quadro 3, é trazido o mapa de Vitória, que apresenta fortemente significados que reforçam a compreensão de agradabilidade dada a vinculação afetiva construída, expressa através de qualidades positivas, de quem se “sente bem” com sentimento de “gratidão por tudo” por ter “um teto para morar”.


Durante seu relato, a participante verbalizava de forma rápida, respondendo de maneira muito objetiva e direta as perguntas do questionário. Na aplicação do IGMA pelo Google Meet, apresentou uma conduta colaborativa, apesar de falar baixo e com discurso limitado.

A aplicação do IGMA com a participante teve o tempo de 22 minutos, pois notadamente, a fase em que responde às perguntas referentes ao desenho e sua relação com o espaço de vivência foi muito breve, fator este relacionado também à presença de um de seus filhos, que lhe acompanhou durante o diálogo e, por vezes, chamava sua atenção, mesmo contando com o apoio da equipe da associação.

Antes do reassentamento para o Conjunto Macapaba, Vitória morava na área atingida pelo incêndio com seus pais e irmãos, mesmo já tendo constituído sua família nuclear, pois

não tinha casa própria. O fato de morar com pais e irmãos e mais a sua família nuclear, em uma moradia pequena e com bastante pessoas, contribuía para que, às vezes, ocorressem conflitos. Segundo ela, por várias vezes, esses conflitos a fizeram sair do local e ficar desabrigada. Relatou ter sido assistida pelas ações do governo durante o abrigamento após incêndio e, durante a realização de cadastro pela Secretaria de Inclusão e Mobilização Social-SIMS, enquadrou-se no perfil de beneficiária para recebimento de aluguel social e, posteriormente, do apartamento no Conjunto Macapaba.

Quadro 3 - Mapa Afetivo 3 Vitória - Síntese do processo de categorização

Identificação: Vitória		Sexo: Feminino		Idade: 25		Profissão: Do lar	
							
Estrutura: Metafórica							
Significado	Qualidade	Sentimento	Metáfora	Sentido			
“Eu sou muito grata todo dia por ter um teto pra morar”	“Me sinto bem graças a Deus”	“Gratidão por tudo”	“Igreja”	Moradia Igreja, pois diante de suas vulnerabilidades ter um lar é sua prioridade, é onde se sente acolhida, protegida.			

O sentido da *Moradia Igreja* está associado à condição de agradecimento por ter um lugar privado, onde se sentia protegida, demonstrando assim uma relação de agradabilidade, identificada aqui através de palavras e sentimentos e qualidades positivas que representavam uma vinculação com o Conjunto.

Em sua narrativa, Vitória atribuiu para o desenho o significado de gratidão, relatando não se encontrar mais na condição de extrema vulnerabilidade em que já esteve. Isso era, para ela, um fator que gerava bons sentimentos, como quando disse “Eu sou muito grata todo dia por ter um teto para morar, sem ter que acordar com chuva na cara porque mora na rua”.


É possível perceber que os significados, as palavras e as emoções expressas pelo Conjunto estão representadas por Vitória numa perspectiva de qualidades positivas e sensação de bem-estar, caracterizando assim a imagem de agradabilidade.

No Quadro 4 - Mapa afetivo de Paulo, único participante do sexo masculino disponível para colaborar com a pesquisa, identificamos, através de suas emoções, sentimentos e palavras, a presença de insegurança em relação ao Conjunto.

Durante o tímido contato através do Google Meet para aplicação do IGMA, Paulo apresentou falas rápidas, objetivas e expressão de afetos que denotaram desesperança diante das condições a que se sentia exposto. Antes de iniciar o desenho demonstrou dúvidas, perguntado o que teria que desenha. Foi orientado novamente que era um desenho livre, que poderia desenhar o que quisesse e que representasse seu modo de viver, sentir ou agir no Conjunto Macapaba. Demonstrou dificuldade no uso da ferramenta, mas, após auxílio conseguiu enviar resposta de aceite da participação na pesquisa e o desenho solicitado e deu-se sequência na aplicação do instrumento, realizado no tempo total de 35 minutos.

Como morador “antigo” (como se denominou) da área atingida pelo incêndio, lamentou ter saído do bairro onde criou seus filhos e onde sempre trabalhou. Relatou que morava perto de tudo e conhecia muitos moradores. Esses fatos que constituíam sua história de vida no local anterior compunham sua identificação com o lugar.

Quadro 4 - Mapa Afetivo 4 Paulo - Síntese do processo de categorização

Identificação: Paulo Sexo: Masculino Idade: 64 Profissão: Vendedor informal				
				
Estrutura: Metafórica				
Significado	Qualidade	Sentimento	Metáfora	Sentido
“Significa muita dificuldade”	“Era pra ser um local pras pessoas ter uma vivência melhor que onde a gente morava, mas não é.”	“Sentimento de abandono queria poder voltar pro meu lugar, onde tudo era perto”	“Cama. A gente dorme nela. De manhã acorda, arruma e vai embora”	Moradia Cama, onde seu entendimento por cama é de uma relação funcional, onde há repouso, dá uma parada no corpo e depois, ao amanhecer, levanta arruma e sai. Denota um sentido de distanciamento com o lugar.

O significado atribuído ao lugar externa sentimentos que envolvem dificuldades, desamparo e solidão, diante da falta de assistência do poder público e infraestrutura que expressam a segregação socioespacial. Estes elementos indicam fortemente a construção de uma imagem de destruição.

No sentido da *Moradia Cama*, percebe-se que a apropriação do espaço é fragilizada, indicando sentimentos de constante insegurança. Segundo Bomfim e Souza (2018), as imagens de destruição geram sentimentos despotencializadores que não promovem a implicação do indivíduo no lugar.

Em sua narrativa, Paulo destaca sentimento de humilhação, pois sentia que o local em que foi reassentado não só era percebido como um espaço segregado dos espaços que compõem a cidade, o centro urbano de Macapá, mas, sobretudo, porque o Conjunto “era pra ser um local pras pessoas terem uma vivência melhor do que onde a gente morava”, conforme ressaltou.

Ao descrever sua rotina de deslocamento no Conjunto, Paulo sentia-se limitado no direito à cidade, pois os equipamentos urbanos oferecidos no seu interior não atendiam as suas necessidades.

Não saio daqui porque não tenho transporte, é tudo longe. Quando a gente vai sair pra ir numa consulta demora anos pra gente pegar o ônibus e quando pega chega no meio do caminho dá prego. Então eu só saio de casa pro meu trailer que é onde faço minhas vendas e pra jogar baralho com o pessoal aqui. Essa é minha diversão.[...] Pensei que ia ser mais assistido, as autoridades davam apoio no início mas foram embora. (Paulo ao discorrer sobre os caminhos percorridos no Conjunto)

Durante as perguntas para apreensão dos afetos, uma fala significativa de Paulo indica sua vontade em sair do Conjunto, pois se sente desassistido pelo poder público. Durante a pandemia, esta relação tornou-se mais difícil, pois havia uma fiscalização que o impedia de realizar seu trabalho e única fonte de renda até então.

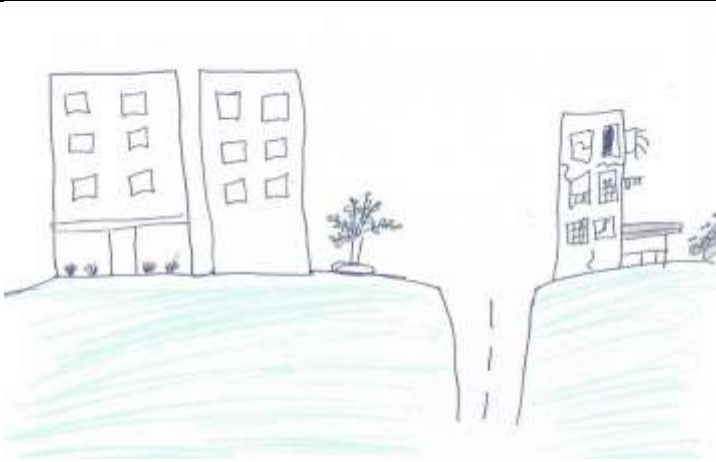
A ida compulsória de Paulo, para o espaço com o qual não se sentia plenamente identificado, afetava assim sua maneira de se apropriar deste, ratificando o apontado por Costa (2015), que defende que transições e mudanças residenciais, ao incidirem sobre a adaptação do morador, afetam dimensões importantes que dificultam e demandam esforços para o estabelecimento de novas rotinas. Pois,

[...] ao interromper as redes de sociabilidade em ambientes nos quais os laços sociais e afetivos se achavam estabelecidos, além de interromper a dinâmica diária de uso do espaço, gerando a necessidade de reestruturação da mesma de acordo com o novo contexto de moradia. (Costa, 2015, p. 72).

No mapa afetivo de Paulo, a imagem de destruição é representada por sua narrativa de desamparo e descaso com as pessoas e o lugar, reforçando a compreensão de que “os sentidos encontrados na imagem de destruição mesclam-se aos relativos às desigualdades sociais, ao individualismo econômico e modo de vida excludente encontrado nas grandes cidades” (Bomfim, 2010, p. 181).

No Quadro 5 - Mapa afetivo de Maria, é notada uma relação de contraste através das emoções, sentimentos e palavras ambíguas, expressando polarização de suas emoções.

Quadro 5 - Mapa Afetivo 5 Maria - Síntese do processo de categorização

Identificação :Maria		Sexo: Feminino	Idade:45	Profissão: Do Lar	
					
Estrutura: Cognitiva					
Significado	Qualidade	Sentimento	Metáfora	Sentido	
“Que era tudo perfeito, tudo no seu lugar. Mas quando as pessoas vieram pra cá tudo começou a ficar diferente.”	“Minha casa é digna, mas o ambiente todo não é bom. Aqui a gente é visto como um lugar perigoso, e é mesmo”	“Decepção e tristeza”	“Com uma moeda, tem duas caras, igual no desenho. Era bonito, mas tá ficando feio, porque as pessoas que vieram pra cá não cuidam”	Moradia Moeda, pois construiu simbolicamente um lugar ideal, mas na realidade convive com eventos que lhe geram tristeza	

Como se percebe, Maria descreve uma relação de apropriação marcada por contradições, associando essas diferenças em relação aos espaços privados e públicos do Conjunto, o que fica evidente quando diz que sua “casa é digna, mas o ambiente todo, o Conjunto Macapaba, não é bom”. Naquilo que Maria tem condições de gerir, como sua casa, há um vínculo e uma relação positiva. Ao entorno, contudo, há grande crítica.

No sentido da *Moradia Moeda*, reflete esta forma de estima despotencializadora ao lugar, pois a moradora se sente implicada nas melhorias de sua moradia, seu espaço privado; porém, em relação ao zelo e cuidado do espaço público do Conjunto, não é reconhecido pela mesma como uma relação ético-política necessária.

Na apreensão dos afetos expostos por Maria, identificamos uma narrativa que reforça o entendimento sobre uma imagem de contraste, sobretudo, diante daquilo que Bomfim (2010, p. 210) destaca: “o conflito do cidadão está entre o bem-estar individual [...] e o mal-estar das desigualdades sociais”.

Tal fato incide sobre sua forma de habitar o lugar, restringindo suas relações de interação e apropriação do espaço, utilizando as ruas e avenidas do conjunto de forma funcional, com intenção de saída/deslocamento para o centro da cidade. Verificamos, em sua narrativa, uma estima ao lugar de moradia, enquanto espaço íntimo, quando diz que “gosto do meu apartamento, mas o conjunto em si não. É perigoso, tá sujo, as pessoas não cuidam”.

A imagem de destruição é evidenciada aqui na relação que Maria estabelece com o entorno de sua moradia, quando apresenta significado e sentimentos em relação ao Conjunto Habitacional que estão vinculadas à decepção, quando diz conviver com eventos que lhe causam tristeza, que as pessoas não demonstram cuidado e zelo pelo ambiente, denotando sentimentos de descaso.

Esta atribuição de estima a lugar exige uma implicação com a moradia e seu entorno, coincidindo com a conduta ético-política sobre o espaço, apontada por Bomfim (2010).

O encontro com o *conjunto* (grifo nosso) significa descobrir formas de construção de uma ética que propicie ao habitante a interação entre as esferas íntima e pública, a convivência com o igual e com o diferente sem excluir, a superação de tese e antíteses na compreensão do conjunto habitacional como processo. (Bomfim, 2010, p. 217).

A estima despontecializadora é evidenciada nos significados, sentidos, emoções e palavras expressos por Maria em relação ao Conjunto, quando a mesma relata sobre sua vivência com o lugar durante a pandemia. Ela apresentou queixas relacionadas a sua dificuldade de deslocamento ao centro da cidade ou mesmo outros bairros para realizar serviços de limpeza doméstica.


No Quadro 6 - Mapa afetivo de Lu, identificam-se elementos fortes de vinculação afetiva com o lugar, notada através das suas emoções, sentimentos e palavras, enfaticamente expostos pela participante, que relata a construção de uma relação de pertencimento.

No diálogo para a apreensão dos afetos apresentados por Lu, ela identificou-se por meio de espontaneidade, firmeza e linguagem empoderada, com uma alegria em expor sua história, verbalizando, durante o contato por aplicativo Google Meet, o seu orgulho em falar da sua história de vida e da luta que foi ter a concessão para adquirir a sua moradia. Demonstrou facilidade no uso da ferramenta. A aplicação do instrumento foi no tempo de 40 minutos.

Após o incêndio, Lu informou que continuou mantendo o vínculo com o entorno da área atingida, porque era seu local de trabalho. Realizava vendas de vestimentas novas e usadas na Feira do Produtor do bairro Perpétuo Socorro.

No intervalo correspondente ao período pós incêndio até o recebimento da chave do apartamento, Lu relatou que morou em casa alugada, subsidiada pelo poder público que, segundo sua fala, em alguns momentos, atrasou o pagamento e tal condição a deixou exposta ao constrangimento do despejo. Somente em 2017, após ação judicial, a participante recebeu carta de doação do apartamento.

Quadro 6 - Mapa Afetivo 6 Lu - Síntese do processo de categorização

				
Estrutura: Metafórica				
Significado	Qualidade	Sentimento	Metáfora	Sentido
“União, parceria. Aqui todo mundo tem que se ajudar. A ajuda vem da gente mesmo. Não é do governo”	“Eu tinha medo.”	“Força, luta. Lutei muito pra conquistar isso daqui”	“Comparo com uma panela de pressão. As coisas acontecem, mas tem que ter cuidado.”	Moradia Panela de pressão, pois sua luta em ter este espaço garantido como seu contribuiu para uma relação de identidade e afeto ao lugar, construída em parceria com a vizinhança

O mapa de Lu revela que foi se apropriando do espaço, não apenas com sua moradia, mas com seu entorno, como o Conjunto Habitacional. Quando apresenta palavras de parceria entre os moradores, aparece a união entre os mesmos para uma convivência mais solidária.

De forma metafórica, com a *Moradia Panela de pressão*, a participante associa este espaço com panela de pressão, destacando assim uma palavra que envolve algo instável, às vezes explosivo, relevando um sentimento de insegurança, diante de algumas problemáticas sociais que o Conjunto vivencia; mas que, ainda, assim como a panela de pressão considera exige atenção e cuidado, ali se exige a resistência, a luta individual e coletiva na busca de melhorias para o conjunto, que são importantíssimas para a construção de uma identidade com este lugar.

Segundo Bomfim e Souza (2018, p. 92), “Sentimentos agradáveis e de pertencimento geram uma estima potencializadora, o que permite o desenvolvimento de relações comunitárias e o sentimento de bem-estar”. Relações estas que Lu tem construído, numa perspectiva ético-política, junto com sua vizinhança.

É possível perceber, através da narrativa de Lu, que a mesma foi se apropriando do espaço, fato este que ocorreu sobretudo no período da pandemia, pois, até então, tinha o tinha como local dormitório, já que na maior parte dos dias estava trabalhando e mantendo relações de convivência com as pessoas próximas à sua antiga moradia.

Na pandemia, com a interrupção das atividades na Feira do Produtor do Perpetuo Socorro, Lu passou a construir uma relação mais afetiva com o seu apartamento, com o Conjunto. Disse que “Antes eu não gostava daqui. Eu tinha medo, até porque tentaram roubar no meu apartamento 3 horas da tarde. Eu trabalhava e passava o dia fora. Só vinha pra dormir. Mas agora eu gosto. Depois que eu montei meu bazar aqui, eu comecei a conhecer a vida das pessoas, a fazer amizades. Olha depois que eu vim pra cá comecei a cuidar daqui e chamar meus vizinhos pra ajudarem também porque isso aqui é nosso e não dá pra ficar esperando ninguém vim fazer por n’s que não vem”.

Ao relatar sobre lugares que frequentava no seu dia a dia do Conjunto, a mesma expôs que passava o dia todo no seu bazar, dizendo ser um lugar onde conhecia as pessoas e onde passou a construir vínculos de amizade e parceria com a vizinhança.

Quando perguntada sobre como se sentia naquele momento morando no conjunto, Lu apresentou uma narrativa significativa e potencializadora, indicando uma implicação ético política com o lugar quando disse mobilizar ações de melhorias ao lugar junto com os vizinhos, o que revela uma relação de pertencimento ao lugar, pois traz sentimentos, emoções e palavras de identificação ao lugar, ao dizer, por exemplo, “amo meu apartamento, minhas coisinhas”.

Sobre seu sentimento de pertencimento, é possível reconhecê-lo por meio da sua relação de estima potencializadora ao lugar com a sua moradia, com o conjunto e as pessoas.

E tô aqui. Chamei uns vizinhos comecei a cuidar daqui da frente colocamos pneu, plantamos árvores, começamos a cuidar. Até porque eu tô trabalhando aqui então tenho que deixar um lugar bonito. Mas ficando arrumado é onde nossas crianças podem brincar e a gente fica de olho (Trecho da narrativa de Lu ao responder sobre sua relação com o Conjunto durante a pandemia da covid-19) (Fala da participante).

A estima ao lugar que Lu construiu com o Conjunto reforça as proposições de Bomfim (2010), ao afirmar que “a estima positiva é a expressão da afetividade dos habitantes, sendo que esta não é somente o cenário de vivência das experiências cotidianas, mas é onde os espaços transformam-se em lugares de movimento, de recriação e de construtibilidade” (Bomfim, 2010, p. 217).

A análise individualizada revelou singularidades e, ao mesmo tempo, elementos compartilhados. Os vínculos expressam movimentos e relações de agradabilidade, pertencimento, destruição, contrastes e insegurança. A seguir, é apresentada uma síntese da construção de estima ao lugar com características, potencializadoras ou despotencializadoras, percebidas, de modo geral em todos os mapas aqui apresentados.

3.3 - Síntese dos Mapas Afetivos

O Instrumento que gera o mapa afetivo da cidade, denominado de IGMA, Instrumento Gerador do Mapa Afetivo (Bomfim et al, 2013) é composto de desenhos e metáforas como recursos imagéticos. O desenho como deflagrador de emoções e sentimentos, as metáforas como recurso de síntese e a escrita como expressão da dimensão afetiva (subtexto). [...] Os sentimentos e as emoções levantadas pelos mapas afetivos na cidade geram agradabilidade, pertencimento, insegurança, destruição e contrastes (Bomfim, 2010). Estes por sua vez compõem a estima de lugar. (Bomfim & Souza , 2018, p.92)

As imagens apresentadas a seguir estão apoiadas na articulação das respostas dos participantes, sintetizadas nos mapas afetivos,

A tabela abaixo é uma representação sintética das imagens, qualidades e sentimentos que atravessam a apreensão dos afetos construídos pelos moradores participantes desta pesquisa.

Tabela 3. Imagens do Conjunto Macapaba, conforme qualidades e sentimentos dos participantes da pesquisa.

IMAGENS	QUALIDADES	SENTIMENTOS
Agradabilidade	a estrutura é melhor/ bonito/ tranquilo	Feliz/ gosto do meu apartamento/
Pertencimento	Casa digna/ Eu gosto de morar	Tenho direito de tá aqui/ gratidão/ união/ força/ luta/ parceria/ amo meu apartamento
Contraste	Ceú & inferno/ limpa & suja/ bom& ruim/ tranquilo/ barulho	
Destruição	Era pra ser um bom lugar pra se morar/ Não tem boa vivência/ lugar que causa medo/não é um ambiente bom	Angústia, tristeza, abandono, decepção
Insegurança	É perigoso/ abandonado/ tem que ter cuidado	Tristeza/ angústia/ decepção/ humilhação/ sufoco

Fonte: Elaborado pela autora com base na proposta de análise do IGMA (Bomfim, 2010).

Agradabilidade

Esta categoria, conforme Bomfim (2010), refere-se a sentimentos positivos construídos na relação com o ambiente, decorrentes da percepção de qualidades ambientais, sejam construídas ou naturais, que produzem a sensação de prazer. Estes aspectos identificamos no Quadro 1 - Mapa afetivo de Florinda, quando relata sobre a estrutura do Conjunto que era muito boa, destacando ser um lugar bonito e bom de se morar, e no Quadro 5 – Mapa afetivo de Maria, quando destaca que a estrutura é melhor comparada à do local em que morava anteriormente. A agradabilidade também revela os sentimentos e as qualidades percebidas

como prazerosas pelos moradores de determinado lugar, como podem ser observadas no Quadro 2 - Mapa Afetivo da Soledade e no Quadro 3 - Mapa Afetivo da Vitória.

A imagem de agradabilidade nesses Mapas aparece na relação de bem-estar vinculada aos sentimentos e qualidades atribuídos ao lugar, produz emoções positivas em relação ao seu lugar de moradia. Na comparação com as outras características, ela parece de modo mais retido, sendo mais evidente no mapa de Vitória. Ao contrário, fica mais evidente uma oposição à agradabilidade, os sentimentos e emoções expressos por Paulo. Os mapas de Florinda e Maria, por sua vez, distanciam-se dessa característica no momento atual da vivência de moradia no lugar.

Essa baixa presença da agradabilidade em relação ao Conjunto evidencia-se também na resposta dada aos usos dos espaços, sendo que em todos não foram verificados afetos mobilizados em direção aos espaços públicos e aos trajetos cotidianos.

Pertencimento

A categoria pertencimento denota identificação com o lugar, por meio de emoções, sentimentos e palavras que indicam orgulho, apropriação e apego na relação pessoa-ambiente (Bomfim, 2010). A compreensão de pertencimento está intrinsecamente relacionada aos processos de apropriação do espaço e construção de identidade de lugar que atuam na construção de uma relação afetiva das pessoas com ambiente, sendo assim, o pertencimento e a identificação do morador com o lugar envolvem sentimentos, crenças e expectativas relacionadas ao compartilhamento de boas relações, como pode ser observado nos Mapas Afetivos de Soledade e Lu.

Na imagem do Quadro 2 - Mapa afetivo Soledade, encontramos sentimentos, emoções e palavras que denotam a identificação do indivíduo com o lugar, revelando aspectos da identidade, do apego e da amorosidade aos lugares e aos demais moradores (Bomfim, 2010). Em seu caso, o pertencimento está atrelado à possibilidade da família estar unida. É um pertencimento bastante vinculado ao grupo mais próximo dos familiares.

A partir do Mapa Afetivo de Lu, também podemos observar mais concretamente esta relação de pertencimento quando o significado atribuído ao lugar refere-se à relação de parceria que estabelece com os demais moradores no intuito de zelar pelos espaços coletivos. Seu pertencimento é mais estendido, denotando uma identidade social urbana, um pertencer ao lugar mais amplo do Conjunto. Interessante notar que Lu remete a um movimento de luta e conquista do lugar, o que reforça uma perspectiva de pertencimento pessoal associada ao espaço coletivo

Os pertencimentos de Florinda e de Maria, por sua vez, parecem estar associados ao tempo, marcados por um movimento de transformação de uma relação inicial de promessa de envolvimento e pertencimento a uma vivência atual de desligamento e frustração com o lugar.

Contraste

A categoria contraste expressa as polarizações positivas e negativas de sentimentos e qualidades do ambiente, evocando emoções, palavras e sentimentos contraditórios.

No Quadro 1 Mapa afetivo da Florinda, esta ambivalência se faz presente em sua narrativa quando se utiliza de metáfora para expressar que o lugar tem o lado bom e ruim.

No Quadro 5 Mapa afetivo de Maria, os sentidos e significados atribuídos ao lugar evidenciam aspectos da categoria de Contraste, quando se utiliza da metáfora da moeda, para externar os sentimentos polarizados que o lugar produz.

Pode-se dizer que, de forma geral, o contraste emerge na maioria dos participantes, que trazem emoções e sentimentos positivos quando se referem a terem as suas casas próprias, mas, sentimentos bastante conflitantes quando se remetem ao Conjunto como um todo, a vizinhos e a pessoas que passaram a morar no lugar. Assim, falam da transformação do bonito em feio, do bom em ruim, do perfeito ao diferente, do que era para ser e o que é agora, do ideal e do real.

Insegurança

A categoria insegurança é associada aos elementos que expressam instabilidade, às vezes, fatores negativos e algo inesperado (Bomfim, 2010).

Na coleta de dados, foi principalmente identificado esta categoria no Quadro 4 Mapa afetivo de Paulo, quando este traz em seu relato aspectos que revelem elementos despotencializadores de estima ao lugar, no qual não se sente identificado, acolhido ou mesmo amparado.

Também aparece no mapa de Florinda quando revela decepção ao pensar que seria um lugar tranquilo, em Soledade que se remete às imagens que os outros têm do lugar, em Maria que afirma e atesta a visão externa de um lugar perigoso. A metáfora da panela de pressão, trazida por Maria, explicita os cuidados necessários de quem vive em uma área percebida como insegura e violenta.

Destruição

A categoria destruição refere-se à “articulação de qualidade e sentimentos considerados despontencializadores da ação de indivíduos” (Bomfim, 2010) e que produzem um distanciamento com lugar, pois a pessoa não se sente envolvida no ambiente.

Identificamos esta categoria, sobretudo, nos Quadros 1 (Florinda), 4 (Paulo) e 5 (Maria). É notória, na narrativa dos participantes, uma estima despontencializadora em relação ao Conjunto, associada ao abandono, desamparo, isolamento em relação ao centro da cidade e à dificuldade no acesso aos serviços de que a população precisa. Conforme cita Bomfim (2010, p. 184), é nesta imagem que reconhecemos o desencontro entre pessoa e ambiente, pois gera-se um distanciamento, uma falta de envolvimento e participação cidadã, pois “é como se o indivíduo estivesse constantemente defendendo-se e esperando uma oportunidade para fugir”.

3.4 - Afetividade, vulnerabilidades e participação

Bomfim (2010, p. 222) enfatiza que os mapas afetivos enquanto ferramenta de apreensão dos afetos, são reveladores da implicação do sujeito sobre determinado espaço, e que, portanto, “são orientadores das estratégias de ação e avaliação dos níveis de apropriação (pertencer ou não a um lugar), apego (vinculação incondicional a uma lugar) e de identidade social urbana (conjunto de valores, representação, atitudes que tomam parte da identidade do indivíduo no lugar)”.

Esta compreensão norteia a análise da apropriação dos espaços do Macapaba pelos moradores em vulnerabilidade social, no sentido de entender que vinculações afetivas têm sido estabelecidas e quão potencializadoras têm sido na implicação deste lugar.

Compondo a análise qualitativa dos mapas afetivos, Bomfim (2010, p.196) destaca que os desenhos podem ser considerados isomórficos ou metafóricos. São isomórficos “quando o respondente identifica a estrutura dos mapas cognitivos (monumentos, caminhos, limites, bairros ou confluências) e metafóricos quando representam mais conteúdos afetivos do que estruturais”. Nos desenhos elaborados pelos participantes desta pesquisa e nas significações atribuídas pelos mesmos, é possível identificarmos que eles possuem muitos conteúdos afetivos, sendo, portanto, desenhos metafóricos. Os desenhos isomórficos aparecem em menor proporção.

Refletindo ainda sobre os mapas afetivos produzidos pelos participantes, evidencia-se que as relações de pertencimento e de agradabilidade ao lugar estão associadas às

experiências de nominar o espaço como seus, pela referência em ter garantido um espaço que não está vulnerável à perda ou desapropriação, pois receberam como doação.

A partir dos dados levantados, é possível verificar que a maioria dos mapas aponta as categorias de contrastes e insegurança para fenômenos psicossociais que têm direta relação com o problema que os moradores enfrentam no Conjunto, referente a sentimentos de medo da violência, abandono pelo poder público e também (não) consciência coletiva dos moradores em relação ao zelo e cuidado pelo lugar de moradia.

No que se refere à dimensão da afetividade na relação dos moradores com o seu local de moradia, a partir da análise dos mapas, observou-se que a estima destruição foi a mais presente, seguida das estimas pertencimento e agradabilidade.

As vulnerabilidades existentes e que condicionaram a doação das moradias estão entre as variáveis que influenciam na relação de pertencimento com o lugar. Nos dos relatos, com frequência, surgiram falas de agradecimento diante da luta vivenciada para ter um lugar para chamar de seu.

Esses dados possuem também relações com as possibilidades de participação dos sujeitos na luta e melhoria das condições do bairro.

Por isto, a afetividade é um indicador de ética e cidadania na cidade. “O sentido da ação e transformação na cidade, pelo cidadão, depende do desenvolvimento de ações potencializadoras, em que a afetividade pode ser um grande eixo integrador” (BOMFIM, 2010: 64). A participação comunitária é um exemplo de como os afetos se relacionam com esta implicação. (Bomfim & Souza, 2018 p. 91-92)

De acordo com os dados obtidos, nenhum dos participantes fazia parte de associações ou participava de forma eventual em ação reivindicativa ou solidária. Porém, foi identificado o envolvimento em alguns agrupamentos de forma não institucionalizada, a fim de propor ações de melhoria na aparência do entorno de suas moradias, indicando um movimento tímido de implicação, quando, ao reconhecerem como pertencentes ao espaço, buscavam torná-lo mais bonito, mais agradável, mais limpo e como espaço de convivência entre a vizinhança.

Embora no Conjunto Macapaba tenha associações de moradores que objetivam lutar por melhorias da população que ali reside, os participantes da pesquisa não estavam organizados nestes movimentos. Tal dado nos faz refletir sobre a importância neste engajamento, mas que, no caso dos participantes desta pesquisa, este não engajamento não inviabiliza o processo de apropriação deste espaço.

A construção da identidade enquanto morador do Macapaba tem sido elaborada por elementos que destacam o aspecto privado, ou seja, não é percebido um envolvimento ético-

político vinculado às associações ou movimentos sociais que buscam melhorias para o ambiente público, mas há a expressão de afeto e pertencimento com sua moradia especificamente. A vinculação ocorre mais em relação à própria casa e não ao Conjunto em si.

Neste aspecto, é possível inferir que esta apropriação possa estar associada ao fato de terem perdido suas moradias no incêndio e que, reconstruir a identidade enquanto cidadão que tem direito à uma casa, favorece esta apropriação à nova moradia, e não necessariamente, ou de modo imediato e direto, ao entorno da moradia.

Esta realidade nos reporta à ideia de que a transformação de um espaço em lugar está diretamente relacionada à dimensão temporal e à afetiva, respeitando as particularidades de cada pessoa, conforme propõe Tuan (1983). O autor define espaço como algo neutro, em que não há desenvolvimento de relações significativas ou trocas simbólicas e não lhe é atribuído nenhum significado, enquanto lugar é definido como local de identificações, de permanência, de referência, onde são atribuídos significados e é construída uma relação da pessoa com determinado ambiente.

No caso investigado, essa dimensão temporal associa-se às dinâmicas transformadoras de um Conjunto Habitacional com as características do Macapaba: bastante grande e populoso; distante dos centros urbanos; dependente de transportes urbanos para mobilidade; desprovidos de determinados serviços que atendam necessidades dos moradores. Essas características compõem formas próprias com que as periferias urbanas brasileiras foram modificando-se ao longo das últimas décadas, inclusive com a presença maior do tráfico, aumento da violência e diminuição das redes de vizinhança e solidariedade.

O desejo da moradia e a esperança depositada no lugar são evidenciados pelos esforços que alguns participantes empreenderam na Justiça para a conquista de suas casas naquela localidade. Também as expectativas de uma forma de morar diferente está presente nas áreas de ressaca marcaram os momentos iniciais dos moradores, o que aparece em quase todos os participantes. Foram essas transformações nas dinâmicas socioespaciais do bairro que levaram à decepção e frustração dessas expectativas, distanciando os participantes de iniciativas coletivas o que impactou na apropriação do lugar e nas possibilidades de organização e ação comunitária.

4. DISCUSSÃO

A proposta principal desta pesquisa consistiu em analisar quais os afetos e as suas implicações psicossociais envolvidas no processo de apropriação de uma nova moradia, em pessoas que foram reassentadas após perderem sua casa atingida por um incêndio que as deixou em situação de desproteção. Para tanto, construiu-se uma análise baseando-se nas categorias de análise propostas por Bomfim (2010) sobre a apreensão dos afetos produzidos pelo espaço.

A partir da vivência em campo, observando e registrando por meio de foto e caderno de campo, a própria localização do Conjunto Habitacional Macapaba é apontada pelos moradores como um mediador na vinculação com o lugar, visto que isso circunscreve um conjunto de possibilidades e é reflexo da segregação socioespacial que os atinge diretamente, já que o mesmo foi construído às margens da Rodovia BR 210, distante do centro da cidade.

Os dados indicam que os moradores são também impactados negativamente pela falta de apoio do poder público, pois o relato de desamparo e abandono diante da política habitacional proposta é evidenciado. Fatos como o não funcionamento do posto de saúde, dentre outras queixas apresentadas é reflexo desta realidade.

Embora tenham conquistado, através de muitas lutas, o aparelhamento institucional de escola, segurança pública, saúde, os serviços não são realizados de maneira eficiente e de forma a atender às demandas dos moradores do Conjunto, pela falta de recursos humanos. Essa condição gera impactos despotencializadores, conforme emergiram na pesquisa.

No entanto, a reconstrução de suas vidas, associada à apropriação de um novo espaço, assim como a coleta com aqueles que já moram no lugar há uma década, reforça a compreensão de um processo dinâmico e contínuo de transformação e reorganização das relações psicossociais para atender necessidades dos moradores.

Inicialmente, os moradores, impactados pela perda de sua moradia original, viram emergir um movimento potencializador capaz de integrar os moradores às suas novas casas, incentivados pela promessa de direito à moradia e cobertura de equipamentos urbanos que garantiriam qualidade de vida, como o acesso facilitado aos serviços de educação, saúde, segurança, transporte e infraestrutura de asfaltamento e saneamento básico, promovidos pela política pública habitacional, recentemente implementadas no Amapá.

Essa mobilização e envolvimento se deram também na ampliação dos espaços das casas e apartamentos pelos moradores, iniciando uma ação de identificação com o lugar,

com espaços extensivos à área que lhes foram concedidas. Há marcas no espaço que demonstram cuidado e zelo, através da jardinagem e arborização, indicadores que reforçam o entendimento que imprime ali suas marcas e instalam aquilo que lhes garante bem-estar, gera identidade e apego ao lugar. A reivindicação por estruturas institucionais resultou também em melhorias do espaço e orgulho pelas conquistas, em especial, de representação da Associação de Moradores. Por outro lado, nesse processo de apropriação, foram relatadas condutas de depredação, falta de zelo e envolvimento social com as causas do Conjunto, evidenciando fragilidades ou relações despotencializadoras.

No conhecimento da relação de afeto construída pelos moradores com o Conjunto Macapaba, foram abordados processos por meio de conceitos da Psicologia Ambiental, em especial, aqueles que fundamentam as elaborações de Bomfim (2010) estudada por meio do instrumento Gerador de Mapas Afetivos - IGMA.

Com o auxílio do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos, verificou-se que, no contexto investigado, os moradores apresentam, principalmente, vivências que indicam pertencimento e indicadores de destruição quanto ao Conjunto Macapaba. Portanto, percebe-se que, no Conjunto, as relações se processam na identificação ao lugar através de laços entre os moradores, compartilhamento de histórias e apreciação dos aspectos físicos, bem como o atendimento de suas necessidades a partir das oportunidades de acessos aos bens e serviços que são oferecidas em decorrência da instalação de escolas, posto de saúde e policiamento comunitário. Também, foram identificadas vivências que expressam indicadores de destruição, diante da polarização de sentimentos e emoções que despertam abandono, sufocamento, mas também comodidade em morar neste novo lugar. Os indicadores que expressam insegurança e que são gerados pelas ameaças de tensão e agonia levam os moradores a sentir medo, incerteza e achar alguns espaços do conjunto habitacional perigosos.

Dentre os resultados, foi identificado que os moradores, em alguns momentos, organizaram-se em um movimento de enfrentamento às vulnerabilidades sociais a que o Conjunto está exposto. Os moradores estão organizados através de Associações que, em estado de vigilância, mobiliza-se para implementar melhorias no Conjunto, visto que a entrega dessas moradias estava atrelada a uma agenda política e as famílias foram remanejadas em um momento em que o projeto não estava concluído. Desta forma, entendendo que a política habitacional é segregadora e instala imóveis de mesmo tipo em espaços distantes dos centros urbanos, os moradores, inicialmente, ficaram desassistidos ou com maior dificuldade de acesso aos equipamentos urbanos. Tal condição mobilizou esta

conduta ético política dos moradores, pois sentindo-se pertencentes já ao novo espaço, buscaram dar efetividade na execução do projeto habitacional, lutando pela instalação dos serviços de atenção básica à população.

Pode-se pontuar que um aspecto de destaque da pesquisa diz respeito ao uso do IGMA. O modelo utilizado na pesquisa trata-se da versão original formulada e defendida na tese de doutorado da autora (Bomfim, 2010). Porém, através de atualizações este instrumento sofreu alterações e são pontuados em estudos mais recentes. Outro ponto referente ao uso diz respeito à aplicação *online* do instrumento. Respeitando e atendendo as recomendações do Comitê de Ética, o momento de pandemia da COVID-19 vivenciado no mundo, demandou novos protocolos de contato com as pessoas. E, seguramente, recomendavam-se reajustes na coleta de dados que, a princípio seria presencial, para o modo virtual. Tal fato, motivou a aplicação *online* do instrumento.

Na aplicação, percebeu-se uma limitação nos dados coletados, diante da novidade para a pesquisadora da aplicação *online* do instrumento, assim como da relação dos participantes com recursos eletrônicos e comunicação virtual. Acredita-se que o contato direto do pesquisador com os participantes possibilita uma profundidade e riquezas de detalhes na narrativa dos participantes, que não foi possível extrair através do contato *online*, que aconteceu timidamente de forma objetiva e direta, com comunicação um pouco restrita.

Esse fato, contudo, embora limitante, não inviabilizou a análise do conteúdo subjetivo que se constrói na relação pessoa ambiente, pois, conforme foi apresentado, os moradores, nesta relação, estabeleceram uma dinâmica em que foi possível identificar alguns dos movimentos de transformação e vinculação afetiva ao novo espaço, à sua nova casa.

Esta implicação reforça a compreensão que o sujeito se constrói e reconstrói num movimento dinâmico, pois situado num tempo e num espaço consegue materializar o simbolismo de sentimentos e emoções produzidas nesta interação pessoa ambiente.

Portanto, que os objetivos propostos foram alcançados, mesmo entendendo que os participantes desta pesquisa não representem a totalidade. A construção dos mapas afetivos aqui expostos refletem a forma de ser e estar nos espaços de cada morador que decidiu compartilhar suas vivências, expor suas emoções, desenhar como afeta e é afetado por este conjunto habitacional, que é hoje, sua casa.

Outros caminhos poderiam ter sido percorridos. Dentre eles, há pontos em aberto, como a compreensão dos afetos e as suas implicações vividas pelos moradores que desejam sair do Macapaba ou mesmo os que se sentem obrigados a permanecer no conjunto, externando sentimento de medo pelo conviver em espaço onde a violência urbana se materializa

diariamente nas relações de vizinhança. As informações sobre estes, no decorrer desse estudo, foram levantadas com os relatos dos moradores que se apropriaram deste espaço e permanecem, portanto, relatos marcados pelas implicações de quem construiu uma identidade com o lugar e mantém uma relação de afeto.

O percurso no Conjunto Habitacional Macapaba para a construção desta pesquisa foi atravessado pelos impactos da pandemia, que nos trouxe limitações no contato presencial com as pessoas, que afetou a nossa relação com os espaços, desmistificando e reforçando o engodo da globalização que propaga a ideia de acesso à conectividade e interação virtual para todos, mas que possibilitou também novos olhares orientados para a transformação social, diante da subjetividade que se constrói e reconstrói a medida em que são afetados na relação pessoa ambiente.

Entendendo que passamos por transformações conforme somos afetados, ressalta-se que a expressão das emoções vivenciadas no processo de apropriação de novos espaços acontece quando buscamos imprimir nossa identidade, quando somos impulsionados a agir, reagir, intervir diante da dinâmica relacional embutida ou mesmo quando observamos o fenômeno psicossocial se materializando nas relações, na condição de pesquisador ferramenteiro.

A partir da vivência em campo e, sobretudo, através da construção dos mapas afetivos desses moradores, são questionáveis as afirmações abstratas acerca de haver apenas impactos negativos em situações de transferência de moradores por terem perdido sua referência de lar, pela perda do convívio com os vizinhos e o simbolismo associado ao que construíram ao longo de suas vidas ao serem alocados para outro espaço com o qual não se identificam *a priori*. A pesquisa aponta assim para a necessidade de tratarmos dos processos de apropriação do espaço e afetividade de forma concreta. No caso de remanejamento de moradores em condições de vulnerabilidade social, essa concretude se dá de forma ainda mais complexa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que esta pesquisa se propôs a compreender como moradores transferidos de uma área em situação de vulnerabilidade social se apropriavam dos espaços de moradia no Conjunto Habitacional Macapaba, observou-se que esta relação se dá associada a diversos fatores como: a relação que construíam com os espaços que ocupavam anteriormente; a quão representativos de seu modo de vida os novos espaços são construídos; às ações e interações

que estabelecem; à disponibilização, acesso e estruturação de serviços diversos. Esses processos constroem condições materiais e simbólicas que justificam a apropriação afetiva do espaço, constituindo-o como lugar de vida e que os fazem permanecer nele.

No Conjunto Macapaba, os afetos evidenciados neste processo se materializam em relações de estima potencializadoras e despotencializadoras, característicos da relação pessoa-ambiente, associados também pelos fatores que possibilitaram este encontro e pelas condições a que estes moradores foram inseridos neste espaço.

6. REFERÊNCIAS

- Albuquerque, D. S., & Günther, I. A. (2019). Onde em nós a casa mora? Os ambientes residenciais nas relações pessoa-ambiente. In: M. I. G Higuchi, A. Kuhnen & C. Pato, C. (2019). *Psicologia ambiental em contextos urbanos* [recurso eletrônico]. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC.
- Alencar, H. F., & Freire, J. C. (2007). O lugar da alteridade na psicologia ambiental. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, v. 07, n.2, 305-328.
- Alves, R.R.; Battiston, M.; Olekszechen, N., & Sleiter, J. E. (2019). Relações pessoa-ambiente em contexto de expansão urbana. In: M. I. G Higuchi, A. Kuhnen & C. Pato, C. (2019). *Psicologia ambiental em contextos urbanos* [recurso eletrônico]. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC.
- BRASIL. (2009). Ministério das Cidades. *Programa Minha casa, minha vida*. Brasília.
- Bega, M.T.S., & Santos, V.V. P. (2019). Família “da fila” versus família “da ocupação” atendidas pelo programa Minha Casa Minha Vida em Curitiba. In: R.R.C Pires,(Org). *Implementando Desigualdades: Reprodução de Desigualdades na implementação de políticas públicas*. Rio de Janeiro: Ipea.
- Bertini, F. M. A. (2014). *Mudanças urbanas e afetos: estudo de uma cidade planejada*. [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo.
- Breakwell, G. M. et. al, (2010). *Métodos de Pesquisa em Psicologia*. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed.
- Bomfim, Z. A. C. (2010). *Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo*. UFC: Fortaleza

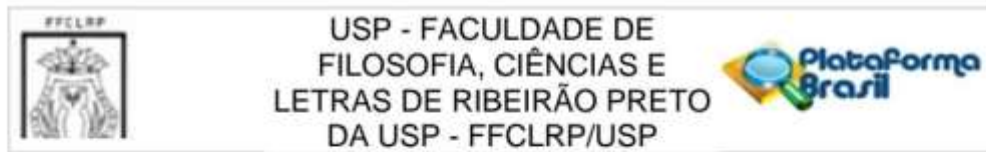
- _____ (2008). Afetividade e Ambiente Urbano: uma proposta metodológica pelos Mapas Afetivos. In: J. Q. Pinheiro & H. Günther (Orgs.). *Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-ambiente*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 253-280.
- Bomfim, Z. A. C.; Delabrida, Z. N. C., & Ferreira, K. P. M. (2018). Emoções e afetividade ambiental (pp. 60-74). In: S. Cavalcante & G. A. Elali (org.). *Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente*. Petrópolis: Vozes..
- Bomfim, Z A. C; Nobre, B. H. L; Ferreira, T. L. M.; Araújo, L. M. A. Feitosa, M. Z. S.; Martins, A. K; Silva, A. K et al.. (2014). Affective maps: validating a dialogue between qualitative and quantitative methods (pp. 131-148). In: R. Garcia-Mira & A. Dumitru, (Eds.). *Urban Sustainability: Innovative spaces, vulnerabilities and opportunities*. A Coruña, ESP: Deputación da Coruña & Instituto de Investigación Xoa Vicente Viqueira.
- Bomfim, Z. A. C., & Souza, L.C. A. (2018). Cidades, espaços e produção da saúde: Vivências na dimensão psicossocial. *O Público e o Privado*, n. 31, 83-105.
- Carlos, A. F. (1992). *A cidade*. São Paulo: Contexto (Coleção Repensando a Geografia).
- Carmo, M.E., & Guizardi F.L. (2018). O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de saúde pública*. Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, v. 34, n.3, e00101417.
- Cavalcante, S., & Elali, G. A. (Orgs) (2011). *Temas básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cavalcante, S, & Elias, T. F. (2011). Apropriação. In: S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs), *Temas básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Carvalho, B. F. et al. (2021). Instrumento WHOQOL-100 e políticas públicas: avaliação da qualidade de vida de população alvo de política habitacional. *Saúde Soc*. São Paulo, v.30, n.2, e200324.
- Costa, D. R. (2015). *Rotinas de moradores no contexto do pré e pós remanejamento habitacional*. (Dissertação de mestrado). Recuperado de www.repositorio.ufpa.br.
- Corrêa, R. L. (1998). *O espaço urbano*. (Série Princípios) São Paulo: Ática.
- Elali, G. A., & Medeiros. S. (2011). Apego ao lugar: vínculo com o lugar- place attachment. In: S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs), *Temas básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Feitosa, M. Z. S.; Sousa, L. C. A.; Paz, A. F.C.; Barreto, E. H.F.L., & Bomfim, Z. A.C. (2018). Afetividade, território e vulnerabilidade na relação pessoa-ambiente: um olhar ético político. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 30, n. 2, 196-203, doi: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5505>.

- Felippe, M. L. (2010). Casa: uma poética da terceira pele. *Psicologia & Sociedade*, v. 22, n. 2, 299-308.
- Felippe, M. L., & Kuhnen, A. (2012). O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa. *Estudos de Psicologia*, v. 29, n. 4, 609-617.
- Gonçalves, T. M. (2007) *Cidade e Poética: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano*. Ijuí: Unijuí.
- Giuliani, M. V. (2004). O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente (pp. 89-106). In: E. T. O Tassara, E. T. Rabinovich & M. C. Guedes, M. C. (Eds). *Psicologia e ambiente* São Paulo: Educ.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. . Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- Kohldorf, M. E. (1985). Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar. In: Farret, R L. *O espaço da cidade*. São Paulo: Projeto.
- Lefebvre, H (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- Lima, D. M. A., & Bomfim, Z. A. C.(2009). Vinculação afetiva pessoa-ambiente: diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental. *Psico*, v. 40, n. 4, 491-497.
- Macapá. (2014). Macapaba: governo Camilo realiza o sonho da casa própria. Nezimar Borges/ Ana Maria Marat Macapá, domingo, junho 22, 2014. **Diário do Mundo**. Disponível em <http://www.diariodomeiodomundo.com.br>. Acesso dia: 10 de Agosto de 2017.
- Moranta, T. V.; & Pol, E. (2005). La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares. *Anuario de Psicología*, v. 36, n.3, 281-297 Facultat de Psicologia: Universitat de Barcelona.
- Mourão, A. R. T., & Cavalcante, S. (2011). Identidade de lugar. In: Cavalcante, S.; Elali, G. A. (Organizadoras). *Temas básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Morval, J. (2007). *Psicologia Ambiental*. Montreal: Instituto Piaget.
- Neto, J S. C et al. (2020). A ação pública e a produção de vulnerabilidades socioambientais nas ocupações informais em Macapá-AP. In: Guimarães, D, C. Silva, M, V, Lucas, C, M, D. (Orgs). *Amazônia Urbana em Questão: Macapá 75 anos de Capital*. Maringá, PR: Uniedusul.
- Nunes, L. M.S., & Mendes, E. P.P. (2015). Políticas habitacionais no Brasil: as moradias populares e a formação socioespacial urbana, p. 288-305. In: Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Regional Catalão. *Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós- Graduação e Inovação - Volume 1: Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais*. Anais [livro eletrônico] / organizado por Neves, A. F; Ferreira, I.F. Maria Helena de Paula, Petrus Henrique Ribeiro dos Anjos. São Paulo: Blucher, Cap18.

- Pacheco, F. P.; Martins, C. M. S.S, & Bomfim, Z A.C. (2020). Contribuições da Psicologia para a análise de desapropriações de comunidades dos espaços urbano e rural cearense. *Revista de Psicologia*, v.11, n.2, 132-140.
- Portilho, I. S. (2006). Políticas de desenvolvimento urbano em espaços segregados: uma análise do PDSA na cidade de Macapá (AP). (Dissertação de mestrado, Universidade Federal doPará-UFPA). Recuperado de www.repositorio.ufpa.br
- _____ (2010). *Áreas de Ressaca e Dinâmica Urbana em Macapá/AP*. VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física, II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física, Universidade de Coimbra, Maio de 2010.
- Rodrigues, A. M (2001). *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto.
- Romagnoli, R. C. (2015). Problematizando as noções de vulnerabilidade e risco social no cotidiano do SUAS. *Psicologia em Estudo*, v. 20, n. 3, 449-459.
- Santos, M. (1978). *Por uma geografia nova*. São Paulo: Editira Hucitec.
- Santos, M. (2006). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (Coleção Milton Santos; 1).
- Siebra, L. M. G., & Bomfim, Z. A. C. (2006). El proceso de traslado de una ciudad. In: IX Congreso de Psicología Ambiental, Medio Ambiente, Bienestar Humano y Responsabilidad Ecológica. Madrid: UAM, v. 1. p. 259-262
- Siebra, L.G.M; Bomfim, Z.A.C; Sousa, L.C.A., et al. (2015). Metodologias de investigação-ação em psicologia ambiental. *Revista Extensão em Ação*, v. 1, n. 8. Recuperado de <http://www.repositorio.ufc.br>
- Segaud, M. (2016). *Antropologia do espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo.
- SEMA-AP. (2018). Caracterização das áreas de ressaca. Disponível em www.sema.ap.gov.br. Acesso dia: 10 de outubro de 2018.
- Silva, S. H.G. (2019). O direito à paisagem urbana: imagem e afetividade na construção de uma geografia do olhar. (Dissertação de mestrado). Recuperado de www.repositorio.ufc.br
- Sousa, A. L. L.; Zeni, L. A., & Schneider, D. R. (2021). Territorialidades e Contexto Urbano nos Estudos sobre a Relação Pessoa Ambiente. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 02. doi:10.12957/epp.2021.61053.
- Sposito, M. E. B. (1988). *Capitalismo e urbanização*. Coleção Repensando a geografia Repensando a geografia. Contexto, São Paulo.
- Tostes, J. A. (2016). Planejamento urbano na cidade de Macapá: análise do projeto habitacional Macapaba. *Atas de Saúde Ambiental*, v.4, 1-21.

- _____ (2018). (Org.) *Planejamento Urbano Regional no Estado do Amapá*. Macapá: UNIFAP, 2018.
- Trotta, C. C.G., & Machado-Martins, M. (2017). Significados e interpretações: Apropriações do espaço e o habitar no conjunto Ismael Silva – Zé Ketí. *Fórum habitar*. Belo Horizonte/MG - de 08 a 10/11/2017.
- Tuan, Yi-Fu. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.

ANEXO I



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO E AFETIVIDADE NO CONJUNTO HABITACIONAL MACAPABA/AP

Pesquisador: JUSELE MATOS

Área Temática:

Versão: 5

CAAE: 29122120.9.0000.5407

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.515.139

Apresentação do Projeto:

De acordo com o documento PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1633846_E1.pdf, submetido em 18.01.2021 na Plataforma Brasil, "A habitação se caracteriza como uma necessidade básica e um dos direitos constitucionais do cidadão brasileiro. O significado que se atribui para este lugar é permeado de simbolismo, considerando as características que norteiam a relação do homem com seu meio e o vínculo estabelecido a partir de então. O trabalho tem como objetivo analisar a apropriação do espaço de moradores em vulnerabilidade social que foram transferidas para o Conjunto Habitacional Macapaba no Município de Macapá/AP e sua a relação de afetividade ao lugar. A área contém apartamentos que foram construídos para receber 4.366 famílias de baixa renda vinculadas ao Programa Minha Casa Minha Vida. Participarão da pesquisa moradores que foram transferidos das áreas de ressaca do bairro Perpétuo Socorro após serem vítimas de um incêndio onde ficaram desabrigados. Baseada numa perspectiva da Psicologia Socioambiental, utilizar-se-á como metodologia o estudo de campo. Os instrumentos para a coleta de dados serão: observação, aplicação online de questionário, elaboração e envio de desenhos ou fotografias para construção de mapas afetivos. O tratamento do material buscará identificar a relação de afeto construída pelos moradores com o lugar para o qual foram remanejadas, os significados que estes moradores atribuem ao conjunto habitacional, conhecendo como os mesmos tem se apropriado do

Endereço: Av. Bandeirantes 3.900

Bairro: Monte Alegre

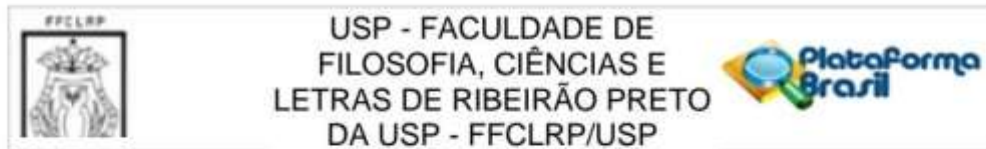
CEP: 14.040-901

UF: SP

Município: RIBEIRAO PRETO

Telefone: (16)3315-4811

E-mail: coerp@listas.fclrp.usp.br



Continuação do Parecer: 4.515.139

novo espaço, identificando os modos pelos quais passaram a ocupar e se organizar neste espaço. Espera-se que os resultados da pesquisa, possibilitem maior compreensão do fenômeno psicossocial evidenciado nos conjuntos habitacionais e que possam sensibilizar a criação de políticas urbanas que priorizem a relação que o indivíduo estabelece com seu meio, no sentido de garantir o respeito às relações de afetividade e identidade com o lugar."

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com o documento PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1633846_E1.pdf, submetido em 18.01.2021 na Plataforma Brasil, o objetivo primário da pesquisa é "Analisar a apropriação do espaço por moradores em vulnerabilidade social que foram transferidos para o conjunto habitacional Macapaba/AP." Os objetivos secundários são: "Compreender de que maneira os moradores transferidos tem ocupado e se organizado no novo espaço; Conhecer a relação de afeto construída pelos moradores com o lugar para qual foram transferidas".

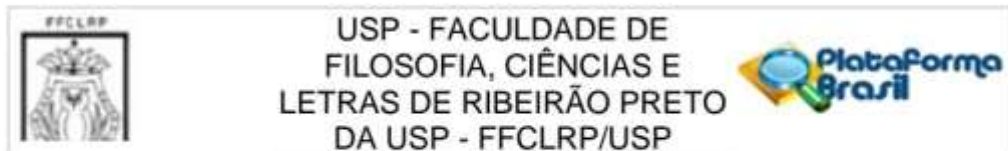
Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com o documento PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1633846_E1.pdf, submetido em 18.01.2021 na Plataforma Brasil, "Os possíveis riscos podem estar associados ao desconforto emocional dos participantes, visto que os moradores foram remanejados para o conjunto habitacional após vivenciarem uma situação de desastre e falar sobre a nova moradia e apropriação deste espaço pode reportá-los às suas vivências na moradia que sofreu incêndio. Os mesmos poderão desistir a qualquer tempo de fornecer as informações e será oferecido ainda a estes, orientações e encaminhamento à rede de assistência à saúde mental, sendo esclarecido que o encaminhamento não garante atendimento imediato." Os benefícios da pesquisa são descritos da seguinte forma: "Compreender a complexa dinâmica de apropriação do espaço e suas relações afetivas com o lugar possibilita identificar aspectos importantes para a implementação de uma política urbana habitacional que se atente para o cotidiano dos moradores dos conjuntos habitacionais, visto neste serem vivenciados diferentes formas de sentir, perceber e agir."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de pesquisa de mestrado a ser realizada sob a orientação da Profa. Ana Paula Soares da Silva, do Depto. de Psicologia da FFCLRP. O estudo de campo, de abordagem qualitativa, visa

Endereço: Av. Bandeirantes 3.900
 Bairro: Monte Alegre CEP: 14.040-901
 UF: SP Município: RIBEIRÃO PRETO
 Telefone: (16)3315-4811 E-mail: coetp@listas.ffclrp.usp.br



Continuação do Parecer: 4.515.139

coletar informações de 15 participantes, moradores de um conjunto habitacional (Macapaba) que foram transferidos para esse local de moradia após incêndio no local onde anteriormente habitavam, em condições precárias. O Conjunto habitacional abriga cerca de 40 mil pessoas e fica a cerca de 18 Km do centro da cidade. Para compreender como os participantes se relacionam afetivamente com essas novas condições ambientais de habitação a pesquisadora fará uso de entrevista semiestruturada e os participantes serão solicitados também a fazerem desenhos a fim de expressar como percebem seu local de moradia, além de responderem a uma breve escala de avaliação do local, atribuindo uma nota às seguintes categorias: pertencimento, agradabilidade, contraste e insegurança. O recrutamento dos participantes será realizado através do site do Governo do Estado do Amapá, www.portal.ap.gov.br, onde foi disponibilizado o link de acesso da Lista oficial do Ministério das Cidades com os dados dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha vida - Macapaba. Diante destes dados serão realizados contatos telefônicos com os moradores, previamente identificados, a fim de apresentar o projeto e verificar a disponibilidade de participação dos mesmos. Considerando o aceite, será encaminhado por meio remoto o link de acesso ao TCLE e aos instrumentos da coleta de dados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendência e Lista de Inadequações".

Recomendações:

No TCLE, recomenda-se substituir a frase "Realizarei contato..." por "Este contato foi possível ..."

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

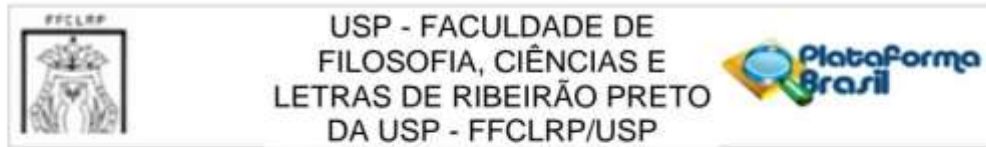
Trata-se de resposta ao parecer 4.476.829, emitido pelo CEP em 18.12.2020.

Seguem as pendências identificadas e as respostas da pesquisadora:

1. Apresentar a autorização para o contato/recrutamento dos participantes da pesquisa assinada pelo/a responsável pelo órgão competente (Cf. Norma Operacional 1/13, 3.4.1.17)

Resposta da pesquisadora: "Em virtude da falta de retorno da Secretaria de Inclusão e Mobilização Social do Estado do Amapá, instituição que conduziu o processo de remanejamento dos moradores do Conjunto Habitacional Macapaba, público alvo desta pesquisa foi realizada pesquisa através do site do Governo do Estado do Amapá www.portal.ap.gov.br, que publicou link de acesso ao Ministério das Cidades, por este órgão ter divulgado a lista oficial dos beneficiário, já que trata-se de um programa habitacional do Governo Federal. Sendo assim, foi alterado no texto do Projeto

Endereço: Av. Bandeirantes 3.900
Bairro: Monte Alegre **CEP:** 14.040-901
UF: SP **Município:** RIBEIRAO PRETO
Telefone: (16)3315-4811 **E-mail:** coetp@listas.ffclrp.usp.br



Continuação do Parecer: 4.515.139

e identificado de vermelho a fonte de recrutamento dos participantes da pesquisa. Assim como foi alterado também no texto do TCLE e no formulário da Plataforma Brasil".

Análise: pendência atendida

2. Rever o TCLE no que se refere às explicações sobre possibilidade de ressarcimento por gastos decorrentes da participação na pesquisa (Resolução CNS 466/12, IV.3.g) e possibilidade de buscar indenização no caso de danos causados pela pesquisa (Resolução CNS 510/16 art. 19, parágr. 2o.) Resposta da pesquisadora: "Realizado alteração e identificado de vermelho no TCLE corrigido emenda após parecer". (documento anexado à PB em 18.01.2021)

Análise: Pendência atendida

3. Atentar para a possível necessidade de realizar alterações no cronograma, uma vez a pesquisa não pode ter início antes da aprovação da emenda pelo CEP (Cf. Resolução CNS 466/12 XI.2 a).

Resposta da pesquisadora: "A alteração foi realizada no formulário da PB, no campo metodologia do Projeto emenda corrigido após parecer".

Análise: Pendência atendida

Considerações Finais a critério do CEP:

O pesquisador responsável deve enviar relatório final da pesquisa, através da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório", conforme Resolução CNS 510/16, art. 28 item V.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1633846_E1.pdf	18/01/2021 18:23:56		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetoemendacorrigidoaposparecer.pdf	18/01/2021 18:22:40	JUSELE MATOS	Aceito
Outros	CartarespostaparecerEmendacorrigido.pdf	18/01/2021 18:20:42	JUSELE MATOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEemendacorrigidoaposparecer.pdf	18/01/2021 18:19:28	JUSELE MATOS	Aceito
Declaração de	Declaracaoinstituicao.pdf	16/11/2020	JUSELE MATOS	Aceito

Endereço: Av. Bandeirantes 3.900

Bairro: Monte Alegre

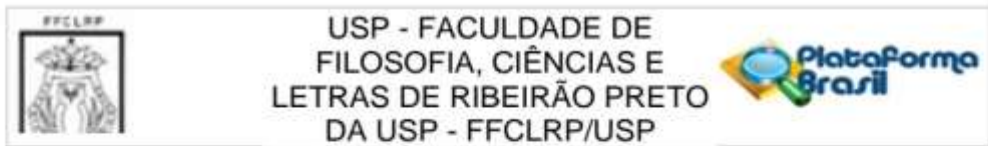
CEP: 14.040-901

UF: SP

Município: RIBEIRAO PRETO

Telefone: (16)3315-4811

E-mail: coetp@listas.ffclrp.usp.br



Continuação do Parecer: 4.515.139

Instituição e Infraestrutura	DeclaracaoInstituicao.pdf	23:00:26	JUSELE MATOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEEmendacorrigido.pdf	16/11/2020 22:57:19	JUSELE MATOS	Aceito
Outros	CARTrespostaEmenda.pdf	16/11/2020 22:55:12	JUSELE MATOS	Aceito
Outros	EMENDA.pdf	19/09/2020 02:02:56	JUSELE MATOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetoemenda.pdf	19/09/2020 02:02:25	JUSELE MATOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEEmenda.pdf	19/09/2020 02:01:52	JUSELE MATOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto revisado.pdf	24/04/2020 10:46:45	JUSELE MATOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEcorrigido.pdf	24/04/2020 10:45:27	JUSELE MATOS	Aceito
Outros	CARTaresposta.pdf	24/04/2020 10:41:24	JUSELE MATOS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao.pdf	18/04/2020 04:07:54	JUSELE MATOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto detalhado.pdf	18/04/2020 02:15:32	JUSELE MATOS	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	13/02/2020 23:57:37	JUSELE MATOS	Aceito

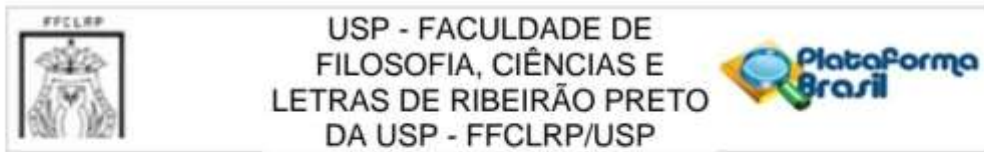
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Bandeirantes 3.900
 Bairro: Monte Alegre CEP: 14.040-901
 UF: SP Município: RIBEIRAO PRETO
 Telefone: (16)3315-4811 E-mail: coetp@listas.ffclrp.usp.br



Continuação do Parecer: 4.515.139

RIBEIRAO PRETO, 28 de Janeiro de 2021

Assinado por:
Patrícia Nicolucci
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Bandeirantes 3.900
Bairro: Monte Alegre **CEP:** 14.040-901
UF: SP **Município:** RIBEIRAO PRETO
Telefone: (16)3315-4811 **E-mail:** coerp@sistas.ffclrp.usp.br

ANEXO II

Instrumento Gerador de Mapas Afetivos

Modelo extraído de BOMFIM (2010) - Instrumento Gerador de Mapas afetivos

Inicialmente agradeço sua participação, realizaremos a atividade que inclui a realização do desenho, a ser produzido na folha que irei lhe entregar, posteriormente serão feitas algumas perguntas referente ao que foi produzido e sobre a sua relação com o conjunto habitacional e finalizaremos com o registro dos seus dados de identificação.

1. Inicialmente peço-lhe que faça um desenho que represente seu modo de ver, seu modo de sentir e agir no conjunto habitacional Macapaba.

2. As seguintes perguntas fazem referência ao desenho feito por você. Não existem respostas certas ou erradas, boas ou ruins, mas, sim, suas opiniões e impressões.

2.1. Explique brevemente que significado o desenho tem para você, o que ele representa:

2.2. Descreva e expresse que SENTIMENTOS o desenho lhe desperta:

2.3. Escreva seis palavras que resumam seus SENTIMENTOS em relação ao desenho:

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

3. Agora perguntas sobre o Conjunto habitacional. Lembrando que não existem respostas certas ou erradas, boas ou ruins, mas, sim, suas opiniões e impressões.

3.1- O que você pensa sobre o Conjunto Habitacional Macapaba?

4. Escala Likert (Marcar a opção que mais representa a sua opinião)

O conjunto Habitacional Macapaba é:	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo e nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
Um lugar que me sinto muito identificado					
Um lugar que há ordem e desordem					
Tenho amor por este lugar					
Um lugar que eu gosto					
Um lugar com tensão					
Me sinto muito apegado					
É um lugar sufocante					
É um lugar que faz parte de mim					
É um lugar em que há angústia e liberdade					
É um lugar confortável					
É um lugar tranquilo					
É bonito e feio					
É um lugar em que há agonia e tranquilidade					
É um lugar agradável					
Sinto-me sozinho no conjunto					
É um lugar com uma surpresa sempre					

5. Se tivesse que comparar o Conjunto Habitacional a algo, a que você compararia? Por que?

6. Descreva um caminho percorrido com mais frequência no conjunto (utilize nomes de ruas, lugares de origem e destino, destaque elementos que chamam sua atenção durante o trajeto e o que você faz nestes caminhos) no seu dia a dia.

7. Sobre sua relação com o Conjunto Habitacional Macapaba

7.1. Como você se sentiu ao ter que vir morar aqui no Conjunto?

7.2. Como você se sente atualmente morando aqui?

8. Você participa ou participou de alguma Associação? () Sim () Não

Caso sim, qual o tipo e como é ou era sua participação?

9. Você participa ou participou de algum movimento social? ()Sim ()Não

Caso sim, qual o tipo e como é ou era sua participação?

10. [Pergunta adicionada em virtude da pandemia de COVID-19] Com a pandemia do COVID19 você identificou alguma alteração na sua forma de perceber este espaço: () Sim ()Não

Caso sim, qual o tipo de alteração?

11. Dados sócio- demográficos

Identificação (Como gostaria de ser chamado na pesquisa, nome fictício):

Idade: _____ Sexo: _____

Cidade onde nasceu/ Estado: _____

Tempo de residência na cidade: _____

Profissão: _____

Escolaridade: _____

Renda mensal: _____

APÊNDICE III



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
DE RIBEIRÃO PRETO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



LAPSAPÉ
Laboratório de Psicologia
Experimental e
Práticas Educativas - LEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é Jusele de Souza Matos, psicóloga e mestranda do Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo e quero convidar você a participar da pesquisa "Apropriação do espaço e afetividade no Conjunto Habitacional Macapaba/AP".

Esta pesquisa tem por objetivo compreender como os moradores se utilizam do espaço para qual foram transferidos no conjunto habitacional Macapaba/AP, abordando temas como você se organiza neste espaço e que afetos eles provocam em você.

Realizarei contato, através de dados fornecidos no site oficial do Governo do Estado do Amapá, www.portal.ap.gov.br, para apresentar o projeto e verificar seu interesse e disponibilidade para participar da pesquisa.

Caso decida participar voluntariamente, encaminharei o link de acesso ao instrumento para que você possa preencher no tempo médio de 30 minutos. Será solicitado que você faça um desenho, da maneira que você puder, ou anexe uma fotografia que faça referência ao que você gostaria de desenhar que demonstrem a sua relação com o conjunto habitacional. Em seguida, ainda durante a aplicação do instrumento será realizada uma entrevista por meio remoto através de plataforma digital Google Meet onde serão feitas perguntas sobre o desenho produzido ou fotografia enviada e sobre suas vivências no conjunto habitacional.

As suas respostas serão armazenadas e analisadas com um nome fictício, de modo que você não seja identificado e serão usadas exclusivamente por mim para estudo das experiências e afetos atribuídos ao conjunto habitacional.

Devido ao tema da pesquisa, você poderá se sentir triste ou com algum desconforto emocional. Caso isso ocorra você receberá um acolhimento psicológico realizado por mim e poderá interromper sua participação. Caso persista e queira solicitar suporte, farei encaminhamento para a rede de atenção do município. Entretanto, esclareço que este encaminhamento não garante atendimento imediato. Você possui livre decisão para aceitar, recusar ou interromper a qualquer momento sua participação, mesmo depois de assinar o termo.

Não são previstos gastos com sua participação. Porém diante da ocorrência e necessidade de gastos de sua participação, deverá comunicar a pesquisadora Jusele, para que seja feito o ressarcimento. O mesmo será feito através de recursos pessoais da pesquisadora.

Diante de eventuais danos ao participante, decorrentes da pesquisa fica garantido pela pesquisadora a indenização ao mesmo.

Os benefícios da pesquisa serão para a produção do conhecimento no campo da Psicologia, e sua participação não terá nenhum benefício direto com a mesma.

Caso tenha dúvidas ou queira receber os resultados da pesquisa, pode entrar em contato comigo pelo telefone (96) 98136-3544 ou pelo e-mail juselematos@usp.br. Para dúvidas sobre questões éticas, entre em contato com o Comitê de Ética, localizado na Avenida dos Bandeirantes, 3900 - Bloco 1 - Sala 7 - 14040-901 - Ribeirão Preto - SP E-mailcoetp@listas.ffclrp.usp.br ou ainda pelo telefone (16) 3315-4811 em horário comercial.

Você receberá uma via deste termo. De acordo ___/___/___

Jusele de Souza Matos
Pesquisadora

Nome:
Participante

APÊNDICE IV – SISTEMATIZAÇÃO DAS RESPOSTAS DOS PARTICIPANTES NA FASE DE PERGUNTAS DA APLICAÇÃO DO IGMA

Quadro 1. O significado do desenho para você	
PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Florinda	O desenho quer dizer que eu vim sozinha e feliz com porque é meu, mas não me sinto feliz hoje, onde eu morava me sentia tranquila, me sentia feliz, aqui é diferente, bagunça de segunda a segunda, bebida, uso de drogas. Pra quem tem criança né, é ruim.
Soledade	A família não se separou. Quando viemos pra cá minha filha ainda era recém nascida. Estamos todos bem já tem 8 anos Graças a Deus não desampararam a gente, pagaram aluguel. Fiquei afastada da família nesse período, da família eu digo minha parentela, minha mãe e minhas irmãs. Agora tá todo mundo aqui. Cada um tem sua casa.
Vitória	Eu sou muito grata todo dia por ter um teto pra morar, sem ter que acordar com chuva na cara porque mora na rua
Paulo	Significa muita dificuldade
Maria	Que era tudo perfeito, tudo no seu lugar. Mas quando as pessoas vieram pra cá tudo começou a ficar diferente. Muito lixo, muita sujeira.
Lu	União, parceria. Aqui todo mundo tem que se ajudar. A ajuda vem da gente mesmo. Não é do governo. O governo não dá assistência nenhuma.

Quadro 2. Os sentimentos que o desenho desperta	
PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Florinda	Tristeza, angústia, seu eu pudesse mil vezes onde eu morava. A estrutura é melhor. Pensei que ia ser tranquilo. As vezes penso que se eu pudesse sair daqui pra um lugar melhor, mais tranquilo.
Soledade	Felicidade de ter meu canto

Vitória	Gratidão por tudo
Paulo	Sentimento de poder voltar pro meu lugar, onde tudo era perto
Maria	Decepção e tristeza
Lu	Força, luta. Lutei muito pra conquistar isso daqui. Quando fiquei sabendo que meu nome tava fora da lista de contemplados eu lutei, entrei com ação pela Justiça Federal. Tenho o documento da perícia da defesa civil. Porque era o que garantia que a gente ia ter direito, era se tivesse essa certidão, porque comprovava que você era do sinistro.

Quadro 3. Seis palavras que resumam os sentimentos

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Florinda	Não apresentou respostas.
Soledade	Amor, gratidão, união, fé
Vitória	Gratidão, felicidade , bem estar
Paulo	Humilhação
Maria	Gratidão
Lu	Felicidade, luta, união, parceria

Quadro 4. O que você pensa sobre o Conjunto Macapaba

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Florinda	Era um bom lugar pra se morar. Era bonito. Tinha água. Agora os vizinhos, o povo de cima quando passa nos corredores jogam lixo. A gente alimpa e lava, mas quando chega a noite sujam tudo. Os vizinhos não são unidos aqui.
Soledade	Eu gosto de morar. As pessoas falam mal por certas coisas que acontecem. Mas eu tenho que gostar de onde eu moro.
Vitória	É um lugar que precisa de mais apoio
Paulo	Era pra ser um local pras pessoas te um vivência melhor que onde a gente morava, mas não é.
Maria	Eu penso que a minha casa é digna, mas o ambiente todo não é bom. Aqui a gente é visto como um lugar perigoso , e é mesmo.

Lu	Antes eu não gostava daqui. Eu tinha medo, até porque tentaram roubar no meu apartamento 3 horas da tarde. Eu trabalhava e passava o dia fora. Só vinha pra dormir. Mas agora eu gosto. Depois que eu montei meu bazar aqui, eu comecei a conhecer a vida das pessoas, a fazer amizades. Olha depois que eu vim pra cá comecei a cuidar daqui e chamar meus vizinhos pra ajudarem também porque isso aqui é nosso e não dá pra ficar esperando ninguém vim fazer por n's que não vem.
----	---

Quadro 5. Com o que você compararia o conjunto Macapaba e por que?

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Florinda	As coisas têm o lado bom e ruim. Aqui é o ruim.
Soledade	Não tem o céu e o inferno?, pois é, é assim. Tem tempo que tá bom e outro tá mal, falando em relação a vizinha de modo geral.
Vitória	Igreja
Paulo	Cama. Agente dorme nela. De manhã acorda, arruma e vai embora.
Maria	Com uma moeda, tem duas caras, igual no desenho. Era bonito, mas tá ficando feio, porque as pessoas que vieram pra cá não cuidam.
Lu	Comparo com uma panela de pressão. As coisas acontecem, mas tem que ter cuidado.

Quadro 6. Descreva um lugar que você vai com frequência no seu dia-a-dia

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Florinda	Na casa da minha irmã que morar na quadra 7. É do outro lado, só atravessar a rua. É onde vou, as vezes na igreja que é aqui do lado.
Soledade	É a casa da minha mãe. Eu moro na quadra do lado da dela. É onde estou agora. Venho todo dia aqui. Ela mora no mesmo bloco onde fica a associação.
Vitória	Eu não costumo sair de casa. Só desço as vezes com meu filho, mas sempre deixo ele descer e fico olhando aqui de cima. Quando ainda saio é pra ir na igreja.
Paulo	Meu caminho é esse aqui. Não saio daqui porque não tenho transporte,

	é tudo longe. Quando a gente vai sair pra ir numa consulta demora anos pra gente pegar o ônibus e quando pega chega no meio do caminho dá prego. Então eu só saio de casa pro meu trailer que é onde faço minhas vendas e pra jogar baralho com o pessoal aqui. Essa é minha diversão.
Maria	Eu não costumo ficar andando por aqui. Meu caminho aqui é só pra parada de ônibus quando tenho que fazer alguma coisa no centro.
Lu	Minha vida agora depois da pandemia tem sido ficar aqui no bazar. Fico até umas 9 da noite. Por isso eu mandei colocar um holofote aqui. Meu vizinho também fica com o pula pula dele ai. Ai quando chega esse horário a gente fecha e vai pra casa. Eu e meu marido e meu filhos a gente pouco sai de casa

Quadro 7. Como você se sentiu ao ter que vir morar aqui no Conjunto

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Florinda	Me senti feliz por vim pro que é meu
Soledade	Me senti realizada em ter meu lugar, saber que é meu, ter minhas coisa, perto da família, que só Deus tira daqui
Vitória	Foi difícil. Não tinha 1 real, dava mingau sem leite pro meu filho, não tinha o que jantar.
Paulo	Pensei que ia ser mais assistido, as autoridades davam apoio no início mas foram embora
Maria	Me senti bem porque vim pro que era meu. Mas ficar aqui não é fácil.
Lu	Me senti feliz. Quando vim na vistoria antes de receber a chave, veio eu e outros daqui eu disse vamos entrar com pé direito. Foi muita luta. Eu tenho uma pasta com toda papelada, tudo. Dentro dela tem tudo quanto é papel que prova que eu tenho direito de tá aqui. Tenho tudo guardado, porque vez outra a gente precisa

Quadro 8. Como você se sente atualmente morando aqui

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Florinda	Não me sinto mais bem em morar aqui.

Soledade	Quando chega a gente pensa que é uma coisa. Hoje não tô tão realizada, mas pelo menos tenho onde morar.
Vitória	Me sinto bem graças a Deus
Paulo	Não estaria mais aqui. Agora tô em mais dificuldade para dá um jeito de sair daqui. Seu eu soubesse que ia ser tão ruim assim, eu tinha dado um jeito antes de sair logo, agora tá mais complicado.
Maria	Gosto do meu apartamento, mas o conjunto em si não. É perigoso, tá sujo, as pessoas não cuidam.
Lu	Eu amo meu apartamento, minhas coisinhas. Mas queria que fosse fora daqui. Mas eu não penso mais em vender meu apartamento, como eu queria antes. Porque pelo termo de adesão da Caixa a gente pode quando completar 10 anos pode vender. Tem gente que já até vendeu, sem poder. Mas eu não penso mais em deixar de sair daqui do meu bazar. Eu ficaria com minhas vendas aqui. Porque eu acho que meu trabalho ajuda a comunidade, tudo fica aqui. Se a pessoa tá sem gás ela vem aqui a gente negocia, ela traz umas peças de roupas eu compro e com o dinheiro que eles recebem ela compra o gás. Ai eu vendo pro pessoal da comunidade mesmo. Tem pessoas que chegam aqui com os filhos precisando comprar, se a venda der 20 reais eu faço por 10 porque sei que vou tá ajudando.

Quadro 9. Você participa ou participou de alguma Associação

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Florinda	Não
Soledade	Não
Vitória	Não
Paulo	Não
Mario	Não
Lu	Não

Quadro 10. Você participa ou participou de algum movimento social

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Florinda	Não
Soledade	Não
Vitória	Não
Paulo	Não
Mario	Não
Lu	Não

Quadro 11. Com a pandemia do COVID19 você identificou alguma alteração na sua forma de perceber este espaço

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Florinda	Foi muito difícil, muito difícil mesmo, ficamos em casa direto. Comecei a sair quando meu filho começou a ficar muito irritado, ele chorava muito que queria sair. Ai depois de um tempo eu comecei a descer e ficar lá embaixo com ele, de máscara. Mas só a gente usava. Ficava um pouco e subia de novo. Mas foi mais difícil mesmo no período do apagão. Sem energia, sem água. Falta muita água aqui. Eles disseram que a água era da CAESA, mas é poço mesmo e tem tempo que não tem água pra nada.
Soledade	Nossa rotina no conjunto não alterou em nada, eu e toda minha parentela só usamos máscaras quando temos que ir em algum lugar que é obrigado a gente usar. Aqui mesmo a gente vai de um lado pro outro sem usar. Graças a Deus nenhum de nós pegou Covid.
Vitória	Foi bem difícil né. Único lugar que ainda saio é pra igreja. Mas parou de funcionar tudo. Então só vivia, ainda vivo né só dentro de casa.
Paulo	Piorou ainda mais tá aqui. Foi um sufoco. A gente coloca o trailer aqui ai a polícia vinha e mandava parar coma s vendas, se não ia ter que pagar multa.
Maria	Muito complicado porque deixei de fazer as diárias, que me ajudava muito. Recebi o auxílio, mas não dava pra quase nada, tudo ficando mais caro ainda.

Lu	<p>Eu passei a gostar daqui foi com a pandemia. Porque eu tive que parar com minhas vendas lá na feira do Perpétuo Socorro. Fechou tudo. Ai um dia a vizinha puxou a área dela aqui embaixo, ai tive essa luz “ela põe de um lado eu ponho de outro pra montar meu bazar”. E assim eu fiz. Quando ela colocou o primeiro esteio do pátio dela eu fui e comprei meu material quando ela colocou o segundo esteio o meu material chegou e no outro dia eu já tava trabalhando. A gente se dava bem. Mas depois que vim pra cá, já fui para até pro fórum com ela. Mas essa área não é minha e nem dela é de todos do bloco, mas se ela fez uma área pra ela eu fiz a minha também. E tô aqui. Chamei uns vizinhos comecei a cuidar daqui da frente colocamos pneu, plantamos árvores, começamos a cuidar. Até porque eu tô trabalhando aqui então tenho que deixar um lugar bonito. Mas ficando arrumado é onde nossas crianças podem brincar e a gente fica de olho porque tem as “outras” crianças também. A gente procura se dá bem com toda a vizinha, respeita todo mundo, mas tem que ficar de olho.</p>
----	--